



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 09 | Setembro 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Setembro de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 27 de setembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Artigos	33
Ensaio	35
Institutions and Firm Formation: an Empirical Analysis of Portuguese Municipalities	35
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	45
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	53

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Em julho de 2013, a produção industrial mundial acelerou para 1,8% em termos homólogos (1,7% em junho), devido à melhoria dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente asiáticos. Relativamente ao comércio mundial de mercadorias, assistiu-se a um reforço do seu crescimento abrangendo tanto as importações como as exportações mundiais.
- * A expectativa do prolongamento da melhoria da economia da área do euro aliada à orientação mais acomodatória da política monetária da Reserva Federal dos EUA e do BCE caracterizada pela manutenção das taxas de juro oficiais nos níveis atuais durante um período de tempo alargado em acumulação com a continuação de aquisição de obrigações por parte dos bancos centrais foram fatores que contribuíram para a recente recuperação dos índices bolsistas internacionais. A taxa de câmbio do euro face ao dólar registou uma elevada oscilação em setembro de 2013, tendo atingido no dia 19, o valor mais elevado desde o início de fevereiro e, situou-se em 1,35 no dia 24, tendo-se apreciado 1,8% face ao final de agosto.
- * No 2.º trimestre de 2013, o PIB do G20 acelerou para 2,6% em termos homólogos reais (2,2% no 1.º trimestre), assente num crescimento robusto dos países emergentes (especialmente asiáticos); num maior dinamismo das economias avançadas (EUA, Reino Unido e Japão) e numa melhoria da economia da área do euro, embora ainda frágil.
- * Os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2013 para os EUA indicam a manutenção de uma expansão económica moderada apoiada por um dinamismo da procura interna privada resultando numa melhoria do mercado de trabalho. Com efeito, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2013, a produção industrial e as vendas a retalho melhoraram; a taxa de desemprego desceu para 7,4% e a taxa de inflação homóloga subiu para 1,7% (1,5% no 2.º trimestre).
- * No 2.º trimestre de 2013, a atividade económica da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) melhorou, tendo o PIB da UE registado um crescimento nulo em termos homólogos reais e o da AE diminuído 0,5% (-0,7% e -1,0%, respetivamente, no 1.º trimestre) em resultado da melhoria de todas as componentes da procura interna e do reforço do crescimento das exportações. No conjunto dos meses de julho e agosto de 2013, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a UE como para a AE, interrompendo a ligeira descida registada no 2.º trimestre. Em julho de 2013, a taxa de desemprego manteve-se tanto na UE como na AE, em 10,9% e 12,1%, respetivamente. A taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,3% em agosto de 2013 (1,6%, em junho e julho) devido sobretudo à desaceleração acentuada dos preços de energia, os quais apresentaram uma quebra de 0,3% em termos homólogos (+1,6% em julho).
- * Em setembro de 2013 e, até ao dia 24, o preço *spot* do petróleo *Brent* aumentou, em média, para 112 USD/bbl (84 €/bbl) associado à intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente, de uma redução da oferta de petróleo por parte da OPEP e da procura mais forte proveniente de países não pertencentes à OCDE.

Conjuntura Nacional

- * As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 2.º trimestre de 2013 apontam para uma variação homóloga de -2,1% do PIB (-4,1% no 1.º trimestre). Face ao trimestre anterior o PIB cresceu 1,1.
- * Quanto aos fluxos de comércio internacional, os dados divulgados pelo INE para o trimestre terminado em julho de 2013 revelam que as exportações crescendo 3,2% em termos homólogos

gos (-2,9 p.p. quando comparado com o trimestre anterior), enquanto as importações que cresceram 3,3% (2,9% no trimestre terminado em junho).

- * Os desempregados registados no IEFP aumentaram 21,6 mil em agosto de 2013 face ao mesmo período do ano anterior. A variação homóloga dos custos do trabalho em Portugal no 2.º trimestre continua inferior à verificada na área do euro, 0,3 e 1,1% respetivamente.
- * A variação homóloga do IHPC em Portugal, medido pela média móvel a 12 meses, situou-se em 1,1% em agosto, abaixo do verificado na área do euro (1,8%), aumentando o diferencial para 0,7p.p. (0,6 p.p. no mês anterior).
- * Até agosto, o défice global provisório das Administrações Públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 5457,3M€, aumentando 1674,5M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuíram o agravamento do saldo do Estado (em 1141,2M€), da Administração Regional e Local (em 393,1M€ e 304,5M€, respetivamente), bem como uma redução do excedente dos Serviços e Fundos Autónomos (em 58,4M€). Em sentido contrário, a Segurança Social, contribuiu para a melhoria do saldo das AP ao aumentar o seu excedente em 222,6M€.
- * Excluindo as operações pontuais que ocorreram em 2012 (a transferência dos fundos de pensões dos bancários e do BPN, as receitas da venda das licenças 4G e o pagamento das dívidas da saúde) e em 2013 (pagamento das dívidas de anos anteriores na área da saúde, e na Administração Local e Regional), o défice global das AP diminuiu 790,2M€ e o primário 555,0M€.
- * A execução financeira consolidada¹ provisória do SNS, para os primeiros oito meses do ano, aponta para um excedente de 45,8M€, correspondendo a uma diminuição de 1362,9M€ face ao período homólogo. Excluindo a transferência do Orçamento do Estado em 2012 para a regularização extraordinária de dívidas, o saldo do SNS passou de um défice de 91,3M€ para um excedente de 45,8M€.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em julho de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 213,5 mil M€, menos 1076M€ que no final de junho.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 3,5% nos primeiros sete meses de 2013. Neste mesmo período, as importações estagnaram, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 15,9%, correspondendo a 937 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 85,0%, mais 2,9 p.p. que em igual período de 2012.
- * Nos primeiros sete meses de 2013, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (1,2%). As importações registaram uma variação homóloga positiva (0,9%), mas inferior ao crescimento das exportações, o que levou a uma melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 3,5%.
- * No último ano a terminar em julho de 2013, as exportações de mercadorias cresceram 2,9% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+1,6 p.p.), dos “Agroalimentares” (+0,8 p.p.) e dos “Químicos” (+0,8 p.p.). Nos primeiros sete meses de 2013, deve igualmente

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Resultados mensais preliminares de janeiro a julho de 2013.

destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,4 p.p.), seguido do contributo das “Agroalimentares” (+0,8 p.p.) e dos “Químicos” (+0,7 p.p.).

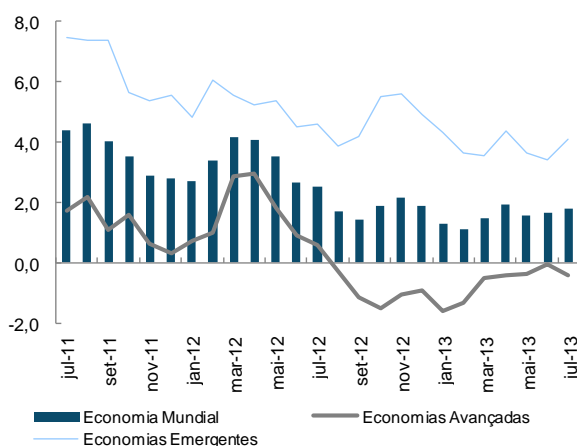
- * De janeiro a julho de 2013, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 1,4 % e contribuíram em 1,0 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 também registaram uma variação homóloga positiva de 1,4 % e contributo de 1,0 p.p. para o crescimento do total das exportações, enquanto as exportações para os países do Alargamento aumentaram 1,3 %. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (23,5% do total de janeiro a julho de 2013), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+1,7 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e os Países Baixos (+0,2 p.p. e +0,1 p.p. respetivamente).
- * Nos primeiros sete meses de 2013, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 8,7%, passando a representar 29,3 % do total das exportações nacionais (+1,4 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+64,1%), Marrocos (+61,3%) e o Brasil (+24,5%).
- * De janeiro a julho de 2013, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 3,2%. As exportações de produtos de média-baixa e baixa intensidade tecnológica são as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (ambos com +1,6 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de junho de 2013, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,0% nos primeiros seis meses de 2013. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (6,2% e 3,2%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (2,4 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em julho de 2013, a produção industrial mundial acelerou para 1,8% em termos homólogos (1,7% em junho) devido à melhoria dos países emergentes, especialmente asiáticos. Pelo contrário, a produção das economias avançadas abrandou, tendência que foi extensível aos EUA, Reino Unido e área do euro.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



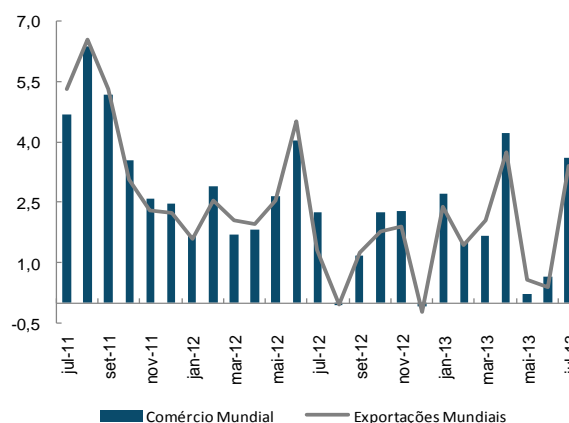
Fonte: CPB.

Relativamente ao comércio mundial de mercadorias, assistiu-se a um reforço do seu crescimento, abrangendo tanto as importações como as exportações mundiais.

De facto, em julho de 2013 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial acelerou para 3,6% (0,7% em junho);
- as importações e as exportações mundiais aceleraram para 3,8% e 3,4%, respetivamente (0,9% e 0,4%, no mês precedente).

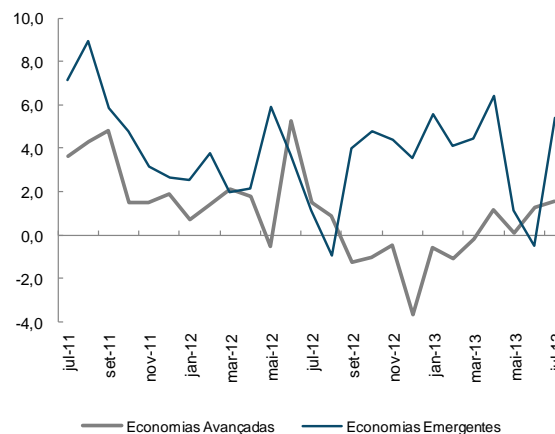
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A melhoria registada nas trocas comerciais mundiais registou-se tanto nos países emergentes como nas economias avançadas, embora tenha sido mais acentuada para o primeiro caso. Quanto às economias avançadas, o progresso registado das suas trocas comerciais manteve, no entanto, uma variação negativa para o caso das importações; enquanto as exportações registaram um ligeiro aumento.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

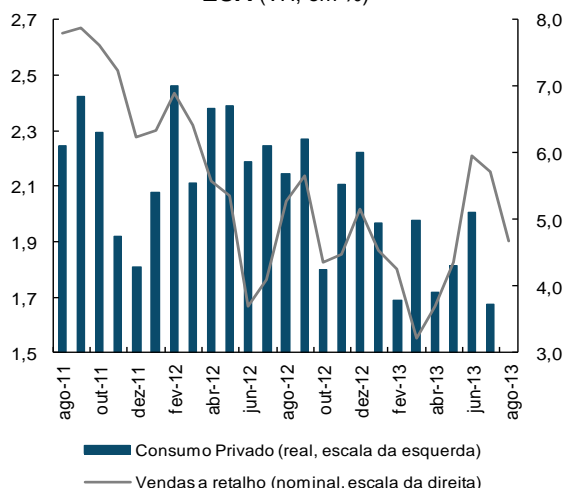
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013			
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,7	3,4	1,9	2,0	1,3	1,7	1,9	1,6	1,7	1,8
Economias Avançadas	VH	CPB	0,5	1,9	-0,3	-1,2	-1,1	-0,3	-0,4	-0,4	0,0	-0,4
Economias Emergentes	VH	CPB	5,0	5,0	4,2	5,3	3,8	3,8	4,4	3,6	3,4	4,1
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	1,9	2,8	1,1	1,5	2,0	1,7	4,2	0,2	0,7	3,6
Importações Mundiais	VH	CPB	2,0	2,7	1,4	1,8	2,0	1,8	4,7	-0,1	0,9	3,8
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,4	0,4	-0,3	-1,6	-2,0	-1,4	-1,2	-1,6	-1,3	-0,2
Economias Emergentes	VH	CPB	4,7	5,3	3,4	5,7	6,3	5,3	11,4	1,5	3,4	8,2
Exportações Mundiais	VH	CPB	1,8	3,0	0,8	1,1	2,0	1,6	3,7	0,6	0,4	3,4
Economias Avançadas	VH	CPB	0,5	2,1	0,4	-1,7	-0,6	0,8	1,2	0,1	1,2	1,5
Economias Emergentes	VH	CPB	3,1	3,9	1,4	4,2	4,7	2,3	6,4	1,1	-0,5	5,4

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2013 para os **EUA** indicam a manutenção de uma expansão económica moderada. Esta evolução foi apoiada por um dinamismo da procura interna privada resultando numa melhoria do mercado de trabalho.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



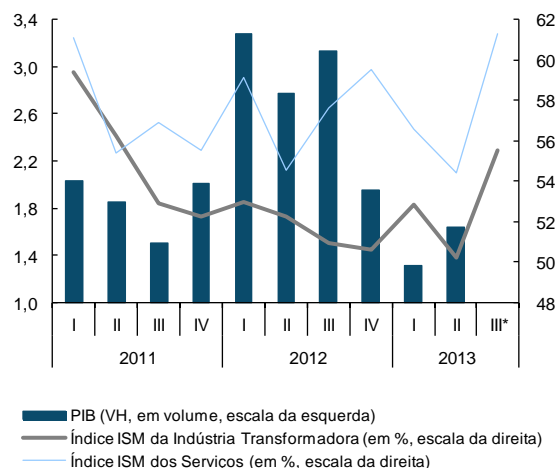
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Com efeito, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2013 e, em termos homólogos:

- a produção industrial melhorou para 2,0% (1,9% no 2.º trimestre) e os indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços tiveram uma subida expressiva;
- as vendas a retalho aumentaram 5,2% em termos nominais (4,7% no 2.º trimestre);
- a taxa de desemprego desceu para 7,4% e a taxa de inflação homóloga subiu para 1,7% (1,5% no 2.º trimestre de 2013).

Em julho de 2013 e em comparação homóloga, o consumo privado desacelerou para 1,7% em termos reais (2,0% em junho) e as exportações aumentaram 3,3% em termos nominais (2,9% em junho).

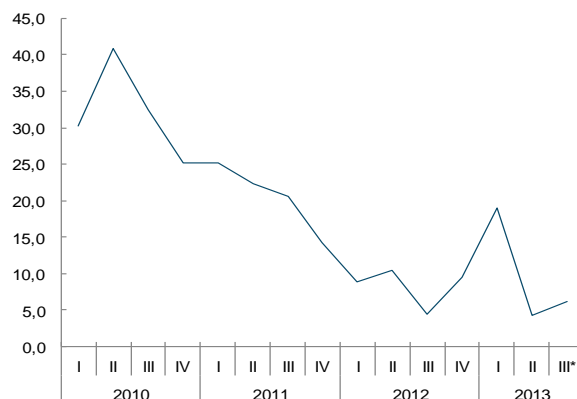
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. * Média de julho e agosto.

Os indicadores disponíveis para a **China** para o 3.º trimestre de 2013, sugerem que a atividade económica manteve-se robusta. De facto, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2013 e, em termos homólogos, a produção industrial, as vendas a retalho e as exportações aceleraram para 10,1%, 13,3% e 6,1%, respetivamente (9,1%, 13% e 4,2%, no 2.º trimestre).

Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China. * Média de julho e agosto.

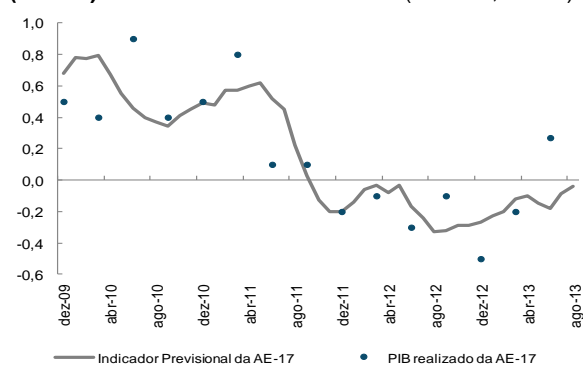
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
EUA – PIB real	VH	BEA	2,8	2,8	3,1	2,0	1,3	1,6	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	3,6	4,5	3,3	2,8	2,4	1,9	1,8	1,9	1,4	2,7
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,7	52,3	50,9	50,6	52,9	50,2	49,0	50,9	55,4	55,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,7	54,5	57,6	59,5	56,6	54,4	56,5	51,7	60,4	62,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	76,5	76,3	75,0	79,4	76,7	81,7	84,5	84,1	85,1	82,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	8,1	8,2	8,1	7,8	7,7	7,6	7,6	7,6	7,4	7,3
China – PIB real	VH	NBSC	7,7	7,6	7,4	7,9	7,7	7,5	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,9	10,4	4,5	9,5	18,9	4,2	0,9	-3,1	5,1	7,2
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,0	3,9	0,4	0,3	0,1	1,3	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2013, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), interrompendo a ligeira descida registada no 2.º trimestre de 2013. Também, o indicador previsional do Banco de Itália indica que o PIB em cadeia da AE melhorou em agosto de 2013, iniciando o prosseguimento desta tendência para o 3.º trimestre (+0,3% no 2.º trimestre de 2013).

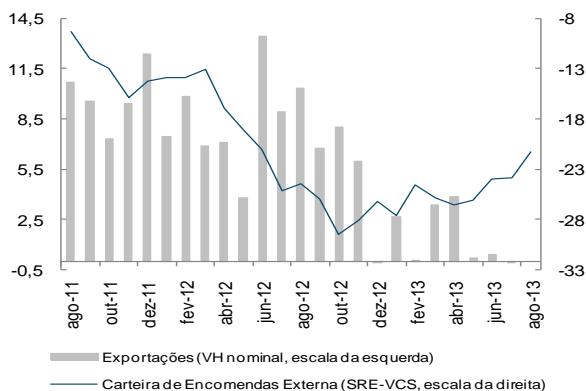
Figura 1.7. Indicador Mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro no início do 3.º trimestre, indicam uma deterioração da produção industrial e das exportações; enquanto as vendas a retalho tiveram uma ligeira melhoria, apesar da sua variação se ter mantido negativa.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

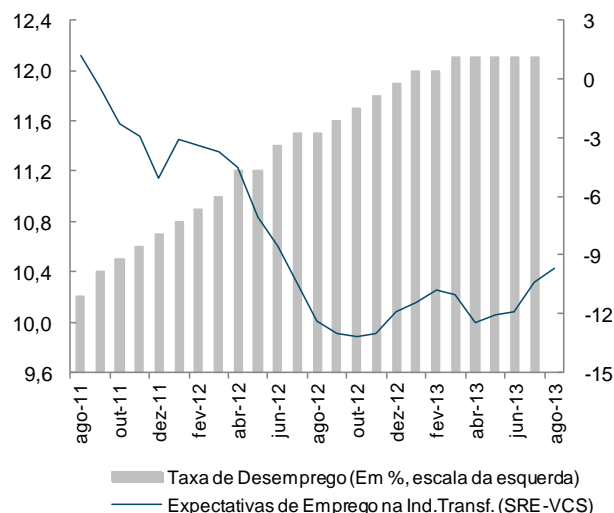


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em julho de 2013, a taxa de desemprego manteve-se tanto na UE como na AE, em 10,9% e 12,1%, respetivamente.

Em julho de 2013, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora, dos serviços e do comércio a retalho; enquanto pioraram para a construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em agosto de 2013, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 1,3% em termos homólogos (1,6% em julho) e para 1,8% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,0% em julho). A evolução descendente da inflação resultou sobretudo da desaceleração acentuada dos preços de energia, os quais apresentaram uma quebra de 0,3% em termos homólogos (+1,6% em julho).

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis desaceleraram para 1,1% em termos homólogos nominais no 2.º trimestre de 2013 (1,9% no 1.º trimestre).

No 2.º trimestre de 2013, o emprego total da economia diminuiu 1,0% em termos homólogos na AE, igual ao trimestre precedente, acompanhado de um aumento da produtividade, a qual aumentou 0,5 p.p. (variação nula no 1.º trimestre).

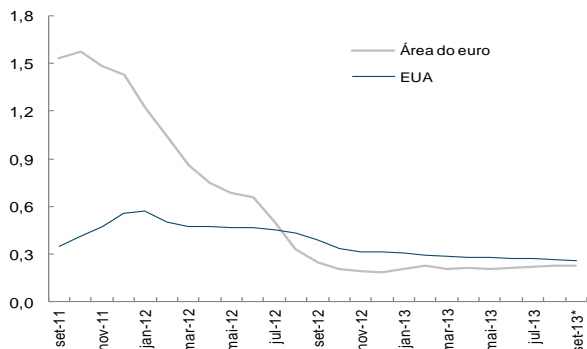
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-0,4	-0,3	-0,5	-0,7	-0,7	0,0	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,9	92,5	88,3	88,5	91,3	91,1	90,9	92,6	95,0	98,1
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	-0,6	-0,5	-0,7	-1,0	-1,0	-0,5	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,5	92,5	87,4	86,8	90,1	89,8	89,5	91,3	92,5	95,2
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-2,3	-2,2	-2,4	-3,0	-2,3	-1,1	-1,9	-0,5	-2,7	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-1,7	-1,6	-1,5	-2,5	-1,9	-0,7	-0,2	-1,2	-1,0	:
Taxa de Desemprego	%	"	11,4	11,2	11,5	11,8	12,0	12,1	12,1	12,1	12,1	:
IHPC	VH	"	2,5	2,5	2,5	2,3	1,9	1,4	1,4	1,6	1,6	1,3

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em setembro de 2013, as taxas de juro de curto prazo apresentaram uma ligeira descida tanto na área do euro como nos EUA. Com efeito, até ao dia 24, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,22% (0,23%, em agosto) e a dos EUA em 0,25% (0,26% em agosto).

Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em agosto de 2013, as taxas de juro de longo prazo aumentaram para a área do euro e para os EUA, prosseguindo a tendência dos meses precedentes. Esta evolução resultou da divulgação de indicadores económicos positivos para ambas as zonas e de expectativas criadas quanto à moderação das aquisições de obrigações por parte da Reserva Federal ao abrigo do programa *quantitative easing*.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



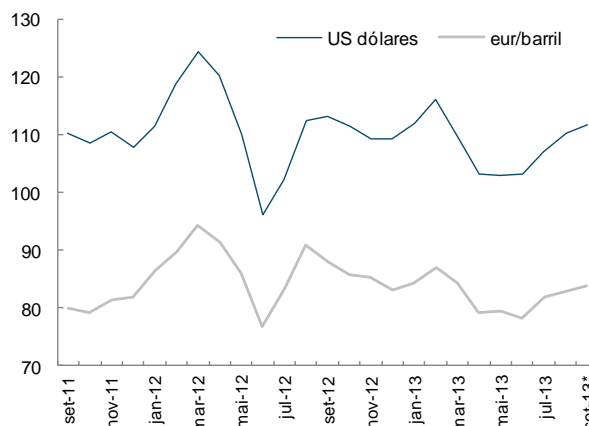
Fonte: Banco de Portugal. Para setembro, o valor é do dia 24.

Em setembro de 2013, a taxa de câmbio do euro face ao dólar registou uma elevada oscilação. Com efeito, apesar de, em média, até ao dia 24, o câmbio se ter mantido em 1,33, registou no dia 19 (1,35), o valor mais elevado desde o início do mês de fevereiro, correspondendo a uma apreciação de 2,3% face ao final do mês de agosto.

Em agosto de 2013, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 81,0 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em setembro de 2013, e até dia 24, o preço do petróleo *Brent* aumentou, em média, para 112 USD/bbl (84 €/bbl), associado à conjugação da intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente, de uma redução da oferta por parte da OPEP e da procura mais forte das refinarias de petróleo, principalmente por parte de países não pertencentes à OCDE.

Petróleo

Figura 1.12. Preço Médio Spot do do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 24.

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2013, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo diminuído 2,0% em termos homólogos (-0,3% no 2.º trimestre de 2013). Esta evolução deu-se devido à descida expressiva dos preços dos bens alimentares, associado sobretudo à quebra dos preços dos cereais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,19	0,66	0,22	0,19	0,21	0,23	0,20	0,23	0,23	0,22
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,80	1,82	1,64	1,71	1,95	2,00	1,93	2,30	2,58	2,74
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,92	4,17	3,89	3,32	3,06	2,82	2,66	3,02	3,07	3,13
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,319	1,259	1,293	1,319	1,28	1,308	1,301	1,308	1,328	1,324
Dow Jones*	VC	Yahoo	7,3	-2,5	4,3	-2,5	11,3	2,3	1,9	-1,4	4,0	-4,4
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	13,8	-8,6	8,4	7,4	-0,5	-0,8	2,1	-6,0	6,4	-1,7
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	111,58	108,78	109,31	110,01	112,56	103,17	103,08	103,24	107,19	110,21
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	0,7	-7,1	-2,6	1,0	-4,8	-5,2	-6,3	7,4	4,8	-2,0
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	9,0	4,2	10,0	4,9	-5,4	-6,8	-7,7	2,0	-1,6	-8,8
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	87,0	88,9	84,8	85,5	83,6	77,6	74,4	78,5	78,5	81,0

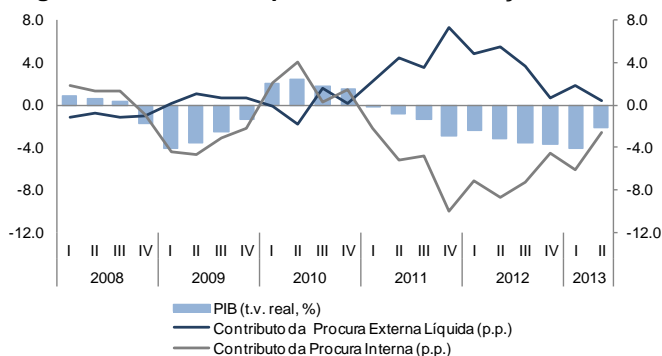
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal (sempre que não haja deflator, utiliza-se o último deflator conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2013 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 2.º trimestre de 2013 apontam para uma variação homóloga de -2,1% do PIB (-4,1% no 1.º trimestre). Segundo o INE, este movimento deveu-se a um contributo menos negativo da procura interna (-2,6 p.p. face a -6,0 p.p. do trimestre anterior), enquanto a procura externa líquida manteve o seu contributo positivo (0,4 p.p.), apesar de menos acentuado (1,9 p.p. no primeiro trimestre). No contexto da procura interna, é ainda de relevar o contributo positivo da componente de Variação de Existências, materializado num contributo de 0,7 p.p. para a variação homóloga do Produto Interno Bruto.

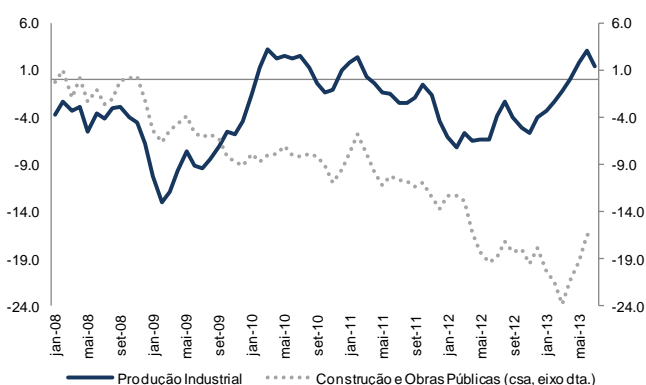
Figura 2.1. Contributo para a Taxa de Variação do PIB



Fonte: INE.

Numa outra perspetiva, o indicador de atividade económica do INE, no trimestre terminado em julho, reforçou a tendência de recuperação que tem registado desde o 2.º trimestre de 2012, registando uma variação homóloga de -0,4%.

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

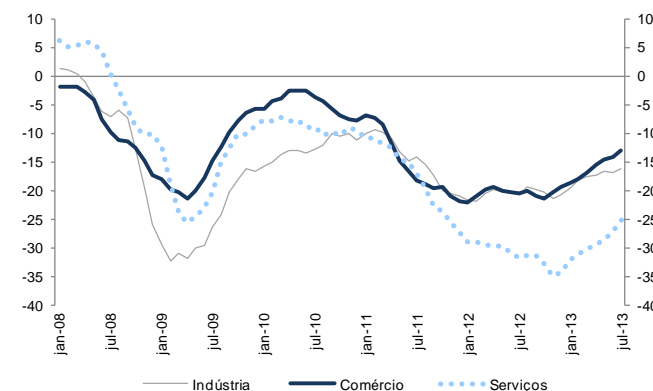
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013				
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	ago
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-3.2	-3.6	-3.8	-4.1	-2.1	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-4.0	-4.0	-3.6	-4.2	-4.1	-3.2	-3.6	-3.2	-2.9	-2.6	-2.1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-20.3	-20.3	-19.7	-20.6	-17.6	-16.8	-17.9	-15.7	-16.8	-15.7	-13.3
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-20.1	-20.2	-20.9	-19.2	-16.8	-14.1	-15.0	-13.1	-14.0	-11.8	-10.7
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-31.4	-30.7	-31.2	-34.3	-30.1	-27.1	-28.9	-27.7	-24.7	-22.7	-18.9
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-70.4	-71.7	-70.4	-70.4	-65.9	-62.4	-63.4	-63.5	-60.5	-62.2	-53.2
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-3.0	-4.9	-3.0	-2.1	-3.9	1.9	1.2	3.1	1.2	-2.4	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-3.1	-4.3	-5.3	-3.4	-6.5	-0.3	4.3	0.3	-5.1	2.8	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-9.7	-11.0	-10.1	-8.8	-9.2	-5.1	-2.2	-6.0	-7.0	-2.0	:

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em julho, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção subiu 0,6% e o índice de volume de negócios apresentou uma quebra de 0,6% (1,9% e -0,3% no 2.º trimestre, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra menos acentuada (-16,1% quando no 1.º trimestre de 2013 apresentava uma variação homóloga de -16,5%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 4,6% (+0.5 p.p. face ao 2.º trimestre de 2013);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma queda de 2,9%, superior em 0,2 p.p. face ao trimestre terminado em junho.

No trimestre terminado em agosto assistiu-se a uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)

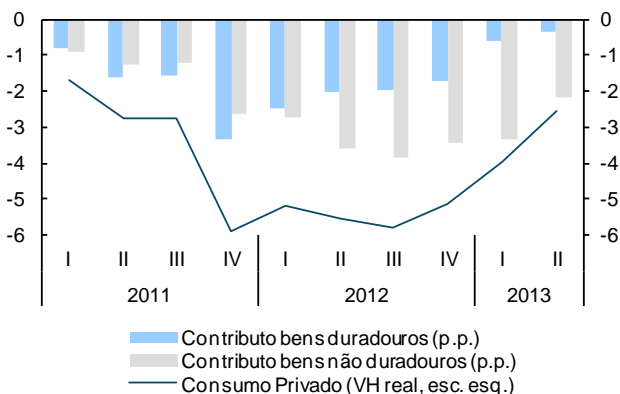


Fonte: INE.

Consumo Privado

O consumo privado desceu 2,6% em termos reais no 2.º trimestre, em comparação com o período homólogo, o que representa uma recuperação de 1,4 p.p. face trimestre anterior. A componente de bens não duradouros apresentou a maior contribuição para a melhoria do consumo privado, de -3,4 p.p. para -2,2 p.p. no 2.º trimestre.

Figura 2.4. Consumo Privado em volume e Principais Contributos
(VH, p.p.)



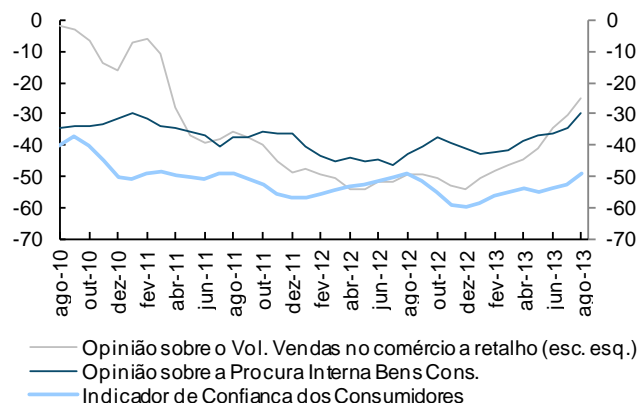
Fonte: INE.

O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) desceu 2,3% em julho de 2013 em termos homólogos (melhoria de 0,3p.p face ao mês anterior). O IVNCR alimentar recuperou em julho 0,8% face ao mesmo período do ano anterior (descida de 1,1% em junho), enquanto a componente não alimentar caiu 5,5%.

Em agosto de 2013 assistiu-se à continuação da recuperação das opiniões dos empresários sobre o volume de vendas no comércio a retalho, bem como sobre a procura interna de bens de consumo.

O Indicador de Confiança dos Consumidores aumentou em agosto, dando continuidade à recuperação verificada nos últimos meses.

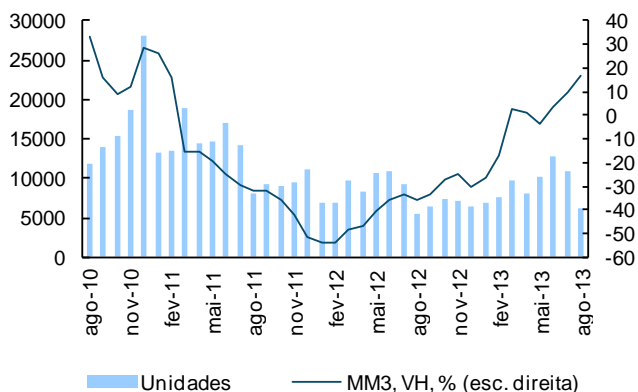
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

O volume de vendas de automóveis ligeiros de passageiros aumentou 16,6% em termos homólogos no trimestre terminado em agosto (9,6% no trimestre terminado no mês precedente).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013				
				T2	T3	T4	T1	T2	abr	mai	jun	jul	ago
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-5,4	-5,6	-5,8	-5,1	-4,0	-2,6	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52,2	-51,5	-51,4	-59,8	-55,3	-53,9	-54,3	-55,2	-52,1	-50,9	-44,1
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	"	-51,7	-51,7	-49,7	-54,5	-46,4	-34,3	-37,5	-37,3	-28,1	-26,4	-19,7
Índice de Vol. de negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,7	-6,6	-6,6	-7,2	-4,9	-2,7	-1,8	-3,8	-2,6	-2,3	-
Bens Alimentares	VH	"	-4,2	-4,2	-3,0	-4,3	-1,2	-0,4	2,6	-2,5	-1,1	0,8	-
Bens não alimentares	VH	"	-9,3	-9,0	-10,1	-10,2	-8,7	-5,3	-6,4	-5,2	-4,2	-5,5	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-37,9	-35,5	-33,4	-30,3	2,8	3,3	-4,3	-5,4	17,9	17,1	13,0
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	-10,0	-9,4	-11,6	-7,9	1,8	6,9	11,7	4,5	4,9	15,0	-

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

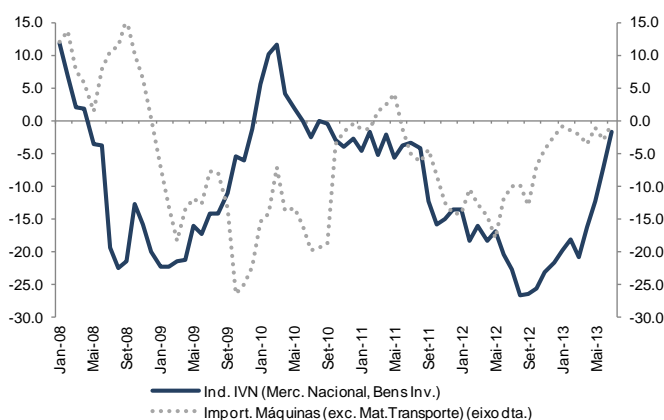
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 2.º trimestre de 2013, em termos homólogos, a FBCF registou uma quebra de 6,8%, 9,6 p.p. acima do observado no trimestre anterior. A componente de construção foi a que mais contribuiu para esta evolução, tendo registado uma variação homóloga de -13% que compara com -26,1% do 1.º trimestre. O investimento em equipamento de transporte subiu 31,5%, 22,8 p.p. acima dos valores no trimestre anterior. Por outro lado, o investimento em outras máquinas e equipamento caiu -2,7% (+0,9 p.p. face ao trimestre terminado em junho).

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em julho de 2013, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional melhorou a sua evolução, situando-se nos -1,8% (-7,1% no 2.º trimestre de 2013);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte desceram 0,5% (+2,5 p.p. face ao 2.º trimestre);
- as licenças de construção de fogos desceram 32,9% (-33,5% no trimestre anterior).

Figura 2.7. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



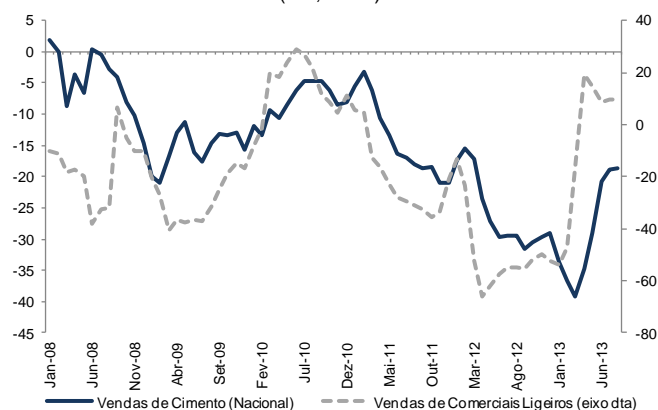
Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012			2013		2013				
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	ago
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13.1	-20.3	-13.5	-1.9	-15.9	-2.3	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-14.3	-17.2	-14.3	-12.3	-16.4	-6.8	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-16.2	-15.6	-16.9	-16.7	-17.8	-16.0	-15.9	-13.6	-10.0	-8.5	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-26.7	-29.7	-31.5	-29.1	-39.2	-20.9	-21.4	-18.7	-22.8	-15.2	-18.4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23.6	-57.4	-55.5	-52.5	-16.9	8.5	20.6	9.4	-1.8	24.1	7.4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-29.1	-52.0	-6.0	22.7	-0.2	3.0	84.5	-32.0	-4.5	11.3	13.1
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-45.0	-45.3	-40.1	-47.5	-30.3	-26.8	-44.0	-20.0	-16.2	-23.1	-21.4
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-34.7	-35.1	-33.8	-39.9	-44.8	-33.5	-29.2	-41.7	-25.6	-28.3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-9.9	-11.9	-13.0	-2.2	-2.1	-3.0	2.4	-0.1	-10.4	9.5	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-21.1	-20.4	-26.4	-21.7	-20.9	-7.1	-6.1	-5.4	-5.4	-9.7	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

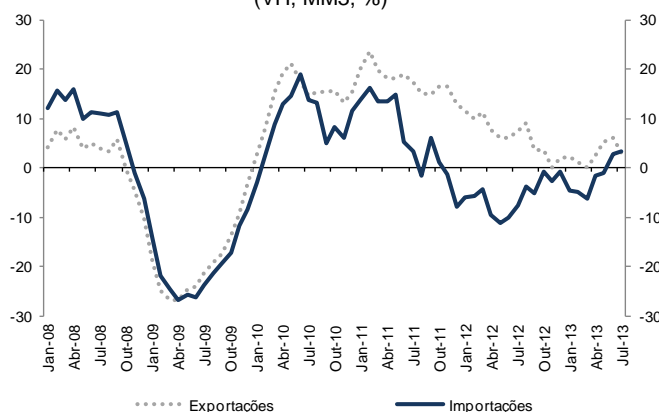
Os dados disponíveis para o investimento no trimestre terminado em agosto, mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 9,4% (-0,4 p.p. face ao trimestre terminado em julho) acompanhadas pela variação de 6,1% na venda de veículos comerciais pesados, uma melhoria de 18,0 p.p. face ao período precedente;
- as vendas de cimento atenuaram a sua trajetória registando uma queda de 18,7% (-18,8% no trimestre terminado em julho);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso piorou ligeiramente.

Contas Externas

Em termos médios homólogos, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em julho, apontam para uma aceleração de 3,3% das importações e um crescimento das exportações em 3,2% (2,9% e 6,1% no 2.º trimestre, respetivamente). A aceleração expressiva das Exportações de Bens e Serviços no 2.º trimestre estava, em parte, associada ao efeito de calendário relativo ao período da Páscoa (celebrada, em 2012, em abril e, em 2013, em março).

Figura 2.9. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Também no trimestre terminado em julho, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações aumentou 8,2%, um valor abaixo dos 13,3% registados no 2.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 1,2% (-2.0 p.p. face ao 2.º trimestre);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário subiu 4,2%, enquanto que o mercado extracomunitário subiu 1,1% em termos homólogos (2,4% e 4,2% no 1.º trimestre respetivamente). Estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens se situe atualmente em 85,0% (82,1% em igual período de 2012);
- as novas encomendas à indústria do mercado externo caíram 3,0% (-1.6 p.p. quando comparado com o trimestre terminado em junho).

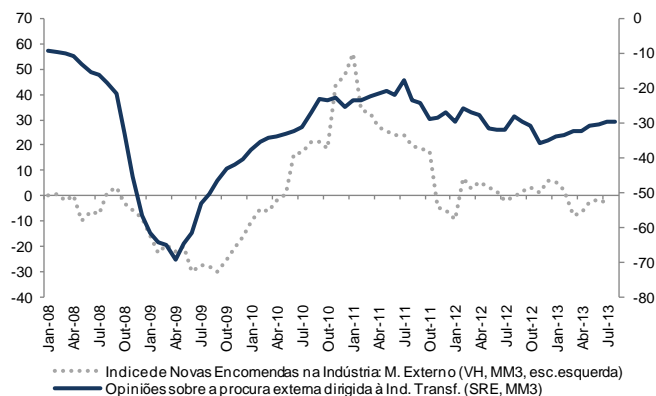
Por seu lado, em agosto, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram ligeiramente menos negativas quando comparadas com o mês anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2012			2013		2013				
					2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	6.9	3.2	3.2	15	0.2	0.7	7.3	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-5.3	-6.6	-11.0	-8.0	-1.6	-4.2	6.3	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-4.4	-0.6	0.2	-0.3	-0.6	1.1	1.5	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-5.6	0.2	0.6	-0.2	3.7	0.6	2.5	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16.5	5.7	6.2	3.6	1.9	0.1	6.1	-3.3	15.3	5.1	-1.3	5.5
Entradas de mercadorias	VH nom	"	3.8	-5.2	-10.0	-5.2	-0.6	-6.2	2.9	-8.6	9.6	-2.3	2.1	10.5

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2012			2013		2012	2013	Diferença
					2T	3T	4T	1T	2T	janeiro - julho	janeiro - julho	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	-9 859	1313	-489.3	2432.8	413.0	677.8	954.1	-370.8	2147.3	2518.1
Saldo Balança de Bens	"	"	-14 205	-8 582	-1871.4	-2252.8	-2059.4	-1334.6	-1612.9	-4689.5	-3652.5	1037.0
Saldo Balança de Serviços	"	"	7 697	8 693	2030.8	3340.2	1949.3	1594.5	2489.6	4506.3	5348.5	842.2
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-8 464	-6 422	-2074.3	-1498.6	-1290.0	-1121.1	-2134.4	-4128.0	-3820.3	307.6
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 990	3 755	732.2	1316.6	885.2	823.6	1147.5	2241.4	2430.5	189.1

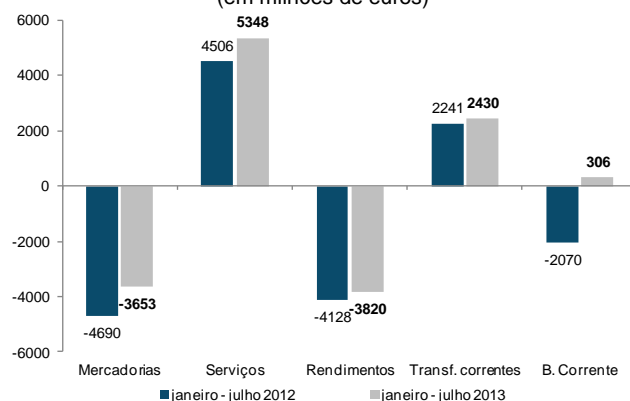
Figura 2.10. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até julho de 2013, o excedente acumulado da balança corrente foi de 306 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2376 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos. É de destacar o comportamento da balança de bens que melhorou 1307 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Figura 2.11. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP

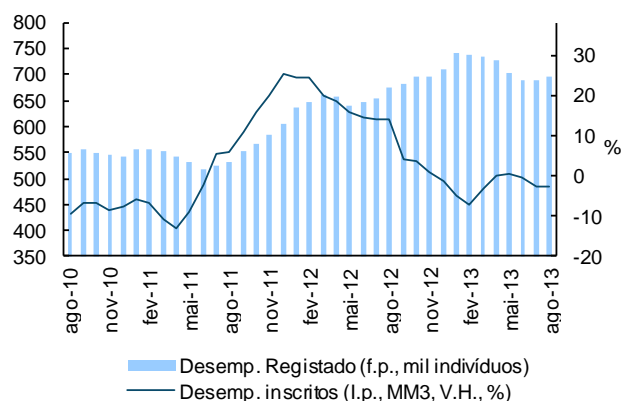
Nota: Dados SDDS para junho.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento da economia portuguesa de 2147 milhões de euros (uma melhoria de 2518 milhões de euros face ao ano acabado em julho de 2012).

Mercado de Trabalho

O desemprego registado pelo IEFP situou-se em 695,1 mil indivíduos no final de agosto de 2013, o que representa um acréscimo de 1% em cadeia mensal (-0,3% no mês anterior). Por outro lado, os desempregados inscritos ao longo do trimestre terminado em agosto desceram 2,9% em termos homólogos.

Figura 2.12. Desemprego
(milhares, %)

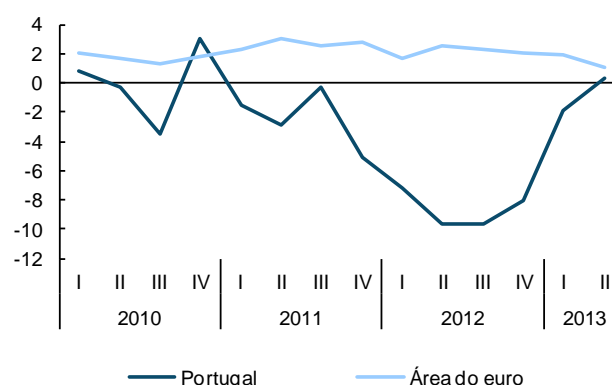


Fonte: IEFP.

As colocações ao longo do trimestre terminado em agosto foram de 21 077, que representa um acréscimo de 27,7% em termos homólogos. Paralelamente, as ofertas de emprego situaram-se em 35 807 no mesmo período, o que corresponde a uma subida de 39,4%.

O diferencial da variação do índice de custos do trabalho entre Portugal e a área do euro situou-se em 0,8 p.p. no 2.º trimestre de 2013 (no período anterior o diferencial tinha sido de 3,8p.p.).

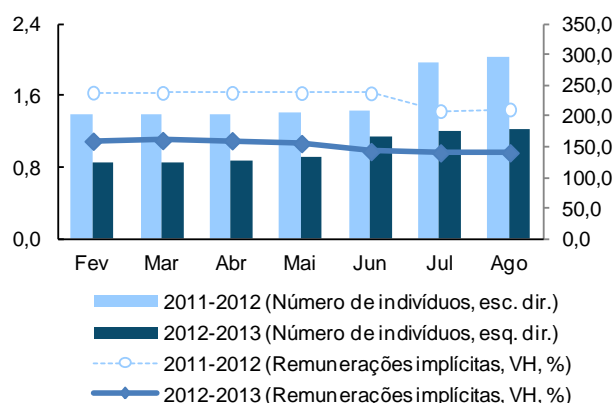
Figura 2.13. Índice do custo do Trabalho
(VH, %)



Fonte: INE e Eurostat.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulação coletiva (IRCT) em agosto situou-se em 178,2 mil indivíduos, menos 117,5 mil que no mês homólogo. A variação intertabelas anualizada das remunerações implícitas aos trabalhadores abrangidos por IRCT manteve-se em 1%.

Figura 2.14. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

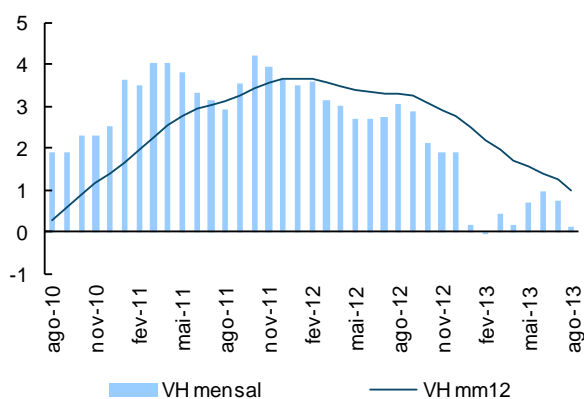
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013		2013				
				T1	T2	T3	T4	T1	T2	abr	mai	jun	jul	ago
Taxa de desemprego	%	INE	15,7	14,9	15,0	15,8	16,9	17,7	16,4	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-4,2	-4,2	-4,2	-4,1	-4,3	-4,9	-3,9	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	17,4	19,8	24,5	23,4	17,4	11,0	6,8	11,1	9,7	6,8	5,0	3,2
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	8,5	19,8	14,7	4,3	-1,3	-3,2	-0,5	9,5	-4,0	-6,4	1,3	-3,9
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-8,8	-23,6	-16,4	-4,8	16,2	28,6	47,0	62,4	49,9	30,9	54,5	32,8
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,4	1,6	1,6	1,4	1,4	1,1	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-8,7	-7,2	-9,6	-9,6	-8,1	-1,9	0,3	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,2	1,7	2,6	2,3	2,1	1,9	1,1	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou em agosto de 2013 uma variação de 0,2% em termos homólogos (0,8% no mês anterior). Em cadeia mensal, a variação de agosto situou-se em -0,7%. A taxa de inflação, medida pela variação da média móvel do IPC dos últimos 12 meses, no ano terminado em agosto, situou-se em 1% (1,3% em julho).

Figura 2.15. Taxa de Variação do IPC (VH, %)



Fonte: INE.

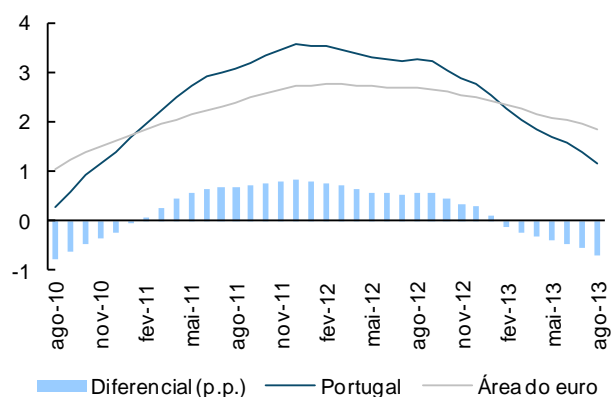
O IPC bens e o IPC serviços apresentaram em agosto variações homólogas em sentido oposto, -0,4 e 0,8%, respetivamente.

O IPC subjacente (i.e. excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) apresentou variação homóloga nula em agosto (0,5% no mês anterior).

As classes do IPC que apresentaram contributos mais relevantes para a variação homóloga total foram Vestuário e Calçado (-0,6 p.p.), Produtos Alimentares e Bebidas não Alcoólicas (0,6 p.p.) e Transportes (-0,3 p.p.).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) de Portugal aumentou 1,1% no ano terminado em agosto, medido pela variação da média móvel a 12 meses. Na área do euro a variação situou-se em 1,8%.

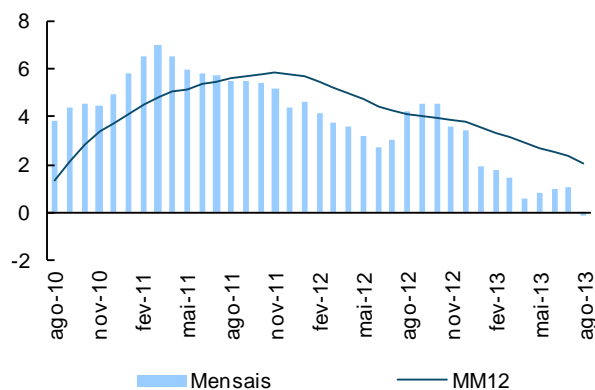
Figura 2.16. Taxa de Variação do IHPC (MM12, VH, %)



Fonte: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) desceu 0,1% em agosto de 2013 em termos homólogos. A variação da média móvel a 12 meses foi de 2%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI (VH, %)



Fonte: INE

A secção “indústria transformadora” do IPPI apresentou variação homóloga negativa em agosto (-1,1%), a qual mais do que compensou as variações positivas de outras secções, “Eletricidade, Água, Gás, Vapor, Ar Quente e Ar Frio” (3,9%) e “Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição” (2,2%).

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

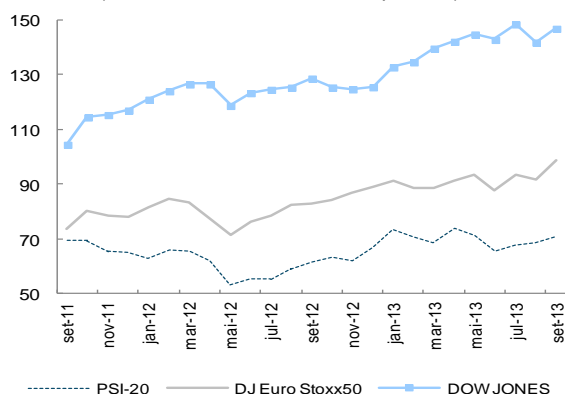
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012	2013								
				dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	0,2	0,0	-1,2	-0,1	1,7	0,0	0,2	0,1	-0,2	-0,7	
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	2,8	1,9	0,2	0,0	0,5	0,2	0,7	1,0	0,8	0,2	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,3	2,8	2,5	2,2	2,0	1,7	1,6	1,4	1,3	1,0	
IPC - Bens	VH	"	2,5	1,2	-0,4	-0,6	0,0	-0,2	0,7	1,0	0,6	-0,4	
IPC - Serviços	"	"	3,1	3,0	1,0	0,7	1,2	0,7	0,8	1,0	0,9	0,8	
IPC Subjacente*	"	"	1,5	1,3	-0,3	-0,5	0,3	0,3	0,5	0,6	0,5	0,0	
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,8	3,4	1,9	1,8	1,4	0,6	0,8	1,0	1,1	-0,1	
IHPC	"	"	2,8	2,1	0,4	0,2	0,7	0,4	0,9	1,2	0,8	0,2	
Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,3	0,1	-0,1	-0,2	-0,3	-0,4	-0,5	-0,6	-0,7	

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em setembro de 2013, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente tanto nos EUA como na área do euro, contrariamente ao mês precedente. A recuperação dos índices bolsistas relaciona-se com o registo de dados económicos favoráveis e com a orientação mais acomodatória da política monetária dos EUA e da área do euro, recentemente divulgada. Assim, em 24 de setembro e, face ao final do mês de agosto, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* apreciaram-se 7,4% e 3,5%, respetivamente.

Figura 2.18. Índices Bolsistas
(Dezembro 2009=100, fim do período)

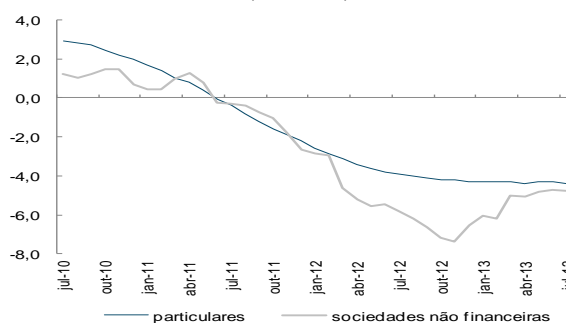


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para setembro o valor é do dia 24.

À semelhança da evolução dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também se valorizou, embora de forma menos acentuada. De facto, neste mês e, no dia 24, o índice PSI-20 subiu 3% face ao final do mês de agosto.

Em julho de 2013, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro estabilizou, mantendo uma variação negativa de 4,5% em termos anuais. Por sua vez, tanto o crédito atribuído às empresas não financeiras como o destinado aos particulares deteriorou-se ligeiramente.

Figura 2.19. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

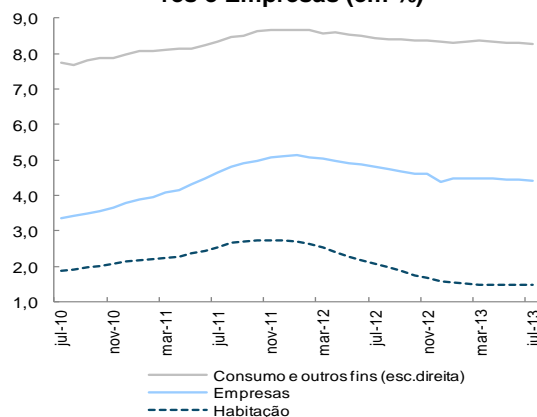


Fonte: Banco de Portugal.

Quanto ao crédito destinado aos particulares, assistiu-se a um agravamento para a generalidade dos segmentos, com destaque para a habitação e o consumo. Pelo contrário, os empréstimos destinados para outros fins melhoraram, tendo apresentado uma quebra menos pronunciada.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares. Mas, no segmento dos particulares, enquanto a taxa de juro subiu ligeiramente para os empréstimos à habitação, interrompendo a tendência de descida dos últimos meses; já nos empréstimos ao consumo e outros fins, a respetiva taxa desceu.

Figura 2.20. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

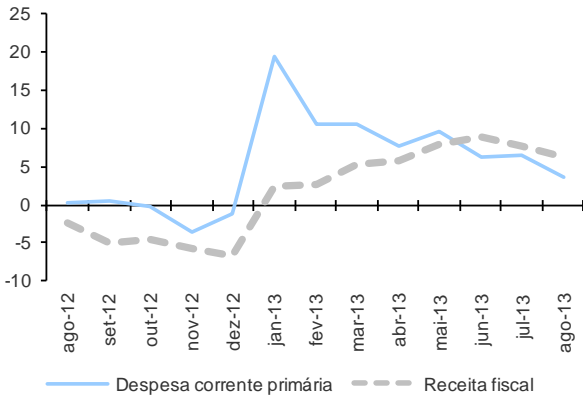
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2013									
				dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,9	6,9	6,0	6,2	6,3	5,6	5,5	7,3	6,4	6,7	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	556	556	434	479	504	446	393	563	475	483	
PSI 20*	VC	CMVM	2,9	7,6	9,7	-3,4	-2,8	7,3	-3,7	-7,7	3,0	1,5	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,6	-3,6	-3,6	-3,6	-3,6	-3,7	-3,7	-3,8	-3,9	:	
- para consumo	va**	"	-9,4	-9,4	-9,5	-9,2	-9,4	-9,1	-9,0	-8,6	-8,8	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	-6,6	-6,6	-6,1	-6,2	-5,0	-5,0	-4,8	-4,7	-4,8	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	1,59	1,59	1,53	1,51	1,49	1,49	1,47	1,46	1,47	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	4,39	4,39	4,48	4,48	4,48	4,47	4,45	4,45	4,42	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até agosto, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 6027,3M€, o que representa um agravamento 1141,2M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 2027,2M€, aumentando 1379,8M€ face ao ano anterior. Excluindo os efeitos de medidas pontuais, o défice do Estado diminuiu 610,3M€.

Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



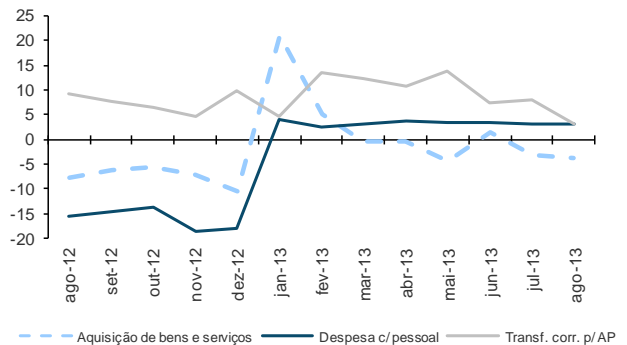
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2012, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita fiscal, em 6,3%, justificada pelo aumento do IRS (30,1%), em resultado da aplicação das novas tabelas de retenção na fonte, do aumento das taxas de retenção sobre os rendimentos prediais e de capitais e do reforço do controlo sobre as retenções, do IRC (6,1%), e do imposto único de circulação (25,6%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo do IVA (-2,1%), devido essencialmente ao aumento dos reembolsos às empresas exportadoras, do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (-3,6%) e do imposto sobre veículos (-11,3%), ainda que em recuperação. A receita não fiscal registou uma diminuição de 44,7%, refletindo essencialmente a diminuição da receita de capital, em resultado do efeito base da contabilização, em 2012, da transferência do de fundos de pensões das instituições de crédito e da receita da venda dos direitos de utilização das frequências 4G; e

- um decréscimo da despesa total em 0,3% e um aumento da despesa primária em 0,6%. A evolução da despesa deve-se à diminuição das transferências correntes e capital para a Administração Central e de capital para os outros subsectores das Administrações Públicas, da despesa com juros e outros encargos da dívida, em resultado do efeito base da amortização da OT 5%jun2012 e de um MTN, e do investimento, nomeadamente da diferente calendarização dos pagamentos respeitantes à Lei de Programação Militar. Com impacto contrário na despesa, salienta-se o aumento das transferências para a Segurança Social, CGA e União Europeia, assim como das Contribuições para a Segurança Social, cujas taxas de desconto da entidade empregadora aumentaram de 15% para 20% no caso dos trabalhadores inscritos na CGA e de 22,3% para 23,75% ou de 17,2% para 18,6% consoante o tipo de vínculo dos trabalhadores inscritos na Segurança Social e das outras despesas correntes.

Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

A despesa acumulada do Estado com ativos financeiros em agosto atingiu 3913,9M€, correspondendo a 20,4% do valor orçamentado para o ano. Face ao mês anterior, o aumento foi de 77,5M€ em resultado dos empréstimos de médio e longo prazo concedidos à Administração Local do continente no âmbito do PAEL (43,2M€), às EPR (22,7M€) e no âmbito dos empréstimo-quadro ao BEI (8M€). Foram ainda executados garantias no montante de 2M€.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2012	2013	2012	2013	2013			
	jan a ago		jan a ago		mai	jun	jul	ago
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	26436	25209	66,3	63,4	7,7	-6,1	-5,1	-4,6
Receita corrente	23201	25008	64,9	64,7	8,4	9,2	9,3	7,8
Impostos diretos	8383	9979	61,5	63,2	22,0	25,4	21,4	19,0
Impostos indiretos	12372	12087	67,2	65,6	-1,3	-1,4	-1,9	-2,3
Despesa Total	31322	31236	64,2	64,0	6,3	1,8	2,0	-0,3
Despesa corrente	29619	30281	64,5	64,4	10,3	4,6	4,6	2,2
Despesa com pessoal	5593	5761	66,3	63,1	3,3	3,4	3,0	3,0
Aquisição bens e serviços	887	852	53,7	50,5	-4,3	1,3	-3,3	-3,9
Subsídios	124	107	50,0	43,7	182,8	164,9	-14,8	-13,6
Juros	4239	4000	61,7	57,6	17,3	-3,8	-6,1	-5,6
Transferências corr. p/ AP	16748	17252	65,0	67,6	13,8	7,2	8,1	3,0
Saldo Global	-4886	-6027	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-647	-2027	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE retificativo corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional face à execução final do ano anterior.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, incluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até agosto e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 556,0€, o que representa uma redução de 58,4M€ face ao período homólogo. De referir que o não reporte de dados de algumas entidades e as alterações ao universo das entidades abrangidas não permite uma correta comparabilidade entre os dados, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

Assim, a execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 6,8%, refletindo principalmente a diminuição das transferências de correntes e de capital do Estado e de capital da União Europeia, nomeadamente às destinadas à Parque Escolar, E.P.E. e ao IAPMEI, I.P. Em sentido contrário, salienta-se o acréscimo das contribuições para a CGA, devido ao aumento da taxa da responsabilidade empregadora de 15% para 20% e ao alargamento da base de incidência; e
- uma diminuição da despesa em 6,7% explicada, essencialmente pela redução da aquisição de bens e serviços (justificada pela regularização de dívidas do SNS em 2012), pelo investimento (em consequência da redução dos investimentos rodoviários, ferroviários e escolares, compensado parcialmente pela reclassificação do IVA relativo às concessões rodoviárias) e pelas outras despesas correntes. Em sentido inverso, verifica-se o aumento das outras transferências correntes e das despesas de pessoal.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em agosto, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS aponta para um excedente de 45,8M€, correspondendo a uma diminuição de 1362,9M€ face ao período homólogo. Excluindo a transferência do Orçamento do Estado em 2012 para a regularização extraordinária de dívidas, o saldo do SNS passou de um défice de 91,3M€ para um excedente de 45,8M€. A execução financeira, face a 2012, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 20,7%, justificado pela redução da transferência do OE, a qual está influenciada pela transferência destinada a regularização extraordinária de dívidas no montante de 1500M€, em 2012. Expurgando este efeito, a receita apresentaria um aumento de 2,3%; e
- uma redução da despesa em 0,3%, devido sobretudo à diminuição da despesa com a aquisição de bens e serviços, com particular ênfase na componente de responsabilidades com entidades públicas empresariais e da despesa com participações dos produtos farmacêuticos (ainda que, a partir de abril de 2013, o SNS tenha passado a suportar o encargo com medicamentos da ADSE, do sub-sistema de saúde da GNR, PSP e Forças Armadas), compensada parcialmente pelo aumento da despesa com parcerias público-privadas (justificada pelo início do pagamento de rendas do hospital de Vila Franca de Xira e o aumento do valor do Hospital de Braga em 24,3M€), e de investimento. Em sentido contrário, salienta-se o aumento das despesas com pessoal em consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social.

Quadro 2.9. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde					
	2012		2013		2013	
	jan a ago		jan a ago		2013	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	
Receita Total	6 669	5 288	:	63,5	-20,7	
Receita fiscal	60	66	:	82,5	10,0	
Transferências das Administrações Públicas	6 452	5 043	:	64,0	-21,8	
Receita de capital	14	3	:	18,0	-79,4	
Despesa Total	5 260	5 242	:	63,0	-0,3	
Despesa com pessoal	517	604	:	65,4	16,8	
Aquisição de bens e serviços	4 680	4 609	:	63,7	-1,5	
Despesa de capital	36	9	:	18,4	-74,5	
Saldo Global	1 409	46	:	-	-	

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)						Empresas Públicas Reclassificadas				
	2012		2013		2013		2012		2013		2013
	jan a ago		jan a ago		jan a ago		jan a ago		jan a ago		jan a ago
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)
Receita Total	18 028	16 803	63,9	60,8	-6,8	2 010	1585	58,6	49,9	-21,1	
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 215	2 881	66,1	58,9	30,1	-	-	-	-	-	
Transferências correntes das Adm. Públicas	11249	9 820	65,5	64,8	-12,7	325	332	70,6	56,9	1,9	
Despesa Total	17 413	16 247	63,7	57,5	-6,7	2 526	2 142	59,3	52,8	-15,2	
Despesa com pessoal	1996	2 167	65,1	63,4	8,6	451	481	66,0	66,2	6,6	
Aquisição de bens e serviços	6 572	5 438	63,4	57,1	-17,2	414	464	51,0	52,6	12,3	
Transferências correntes	6 255	6 727	64,9	61,0	7,5	16	17	46,2	23,1	5,5	
Saldo Global	614	556	-	-	-	-516	-556	-	-	-	

Fonte: DGO.

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

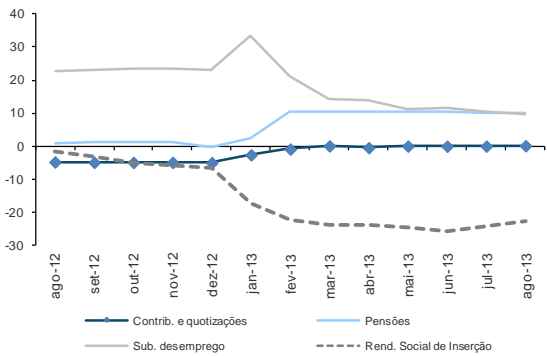
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até agosto, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 491,4M€, o que representa uma melhoria de 222,6M€ face ao mesmo período de 2012.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

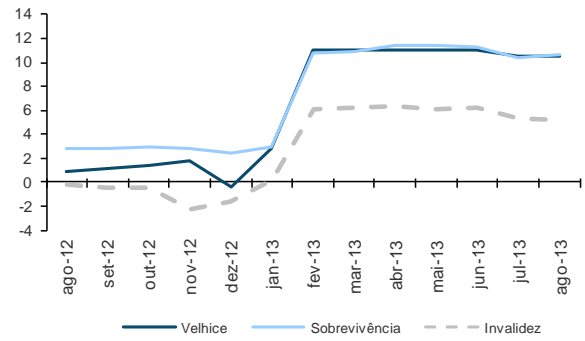
- um aumento da receita em 7,9%, em resultado do acréscimo da dotação ao abrigo da Lei de bases da Segurança Social (21,0%) e das transferências no âmbito do IVA Social e Programa de Emergência Social (35,4%); e
- um aumento da despesa em 6,6%, refletindo, sobretudo, a evolução da despesa com pensões (10,1%), influenciada pelo pagamento dos duodécimos relativos ao 13º mês e o parcial do 14º mês de acordo com o definido na lei. É ainda de referir, o crescimento, ainda que em desaceleração, da despesa com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (9,8%) e a evolução das despesas de formação profissional nomeadamente as com suporte no FSE (14,4%). Contrariamente, constata-se uma diminuição das despesas com outras prestações sociais (-16,8%) e do rendimento social de inserção (-22,4%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo 5,1% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 1,6% nas pensões de velhice e de 0,6% nas pensões de sobrevivência. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição nos beneficiários da pensão de invalidez, em 2,8%, e nos do subsídio de doença, em 1,8%.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



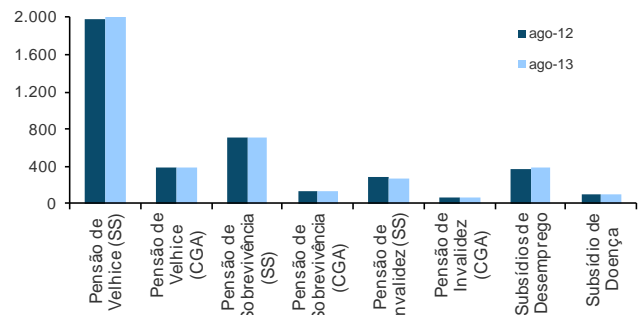
Fonte: DGO.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até agosto, o excedente acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 143,4M€, menos 23,7M€ no período homólogo. A receita total aumentou 10,7%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (30,1%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 15% para 20%, do alargamento da base de incidência contributiva e do pagamento em duodécimos do 13º mês. É de referir que a comparticipação do Orçamento do Estado diminuiu 1,7% e que as receitas de capital continuaram a registar uma diminuição de -50,3%. A despesa total manteve o crescimento de 11,5%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do pagamento em duodécimos de um subsídio aos pensionistas, do aumento do número dos mesmos, assim como de parte do pagamento relativo à atualização das pensões dos deficientes das forças armadas, com efeitos retroativos a janeiro de 2010. O número de beneficiários de pensões de velhice aumentou 2,3% e de sobrevivência 1,1%, enquanto os de invalidez diminuíram 0,2%.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2012		2013		2012		2013			
	jan a ago		jan a ago		jan a ago		jan a ago			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	15911	17161	7,9	65,8	67,6	5449	6032	10,7	63,6	65,3
Contribuições e quotizações	8707	8726	0,2	66,6	66,6	2212	2878	30,1	66,1	58,9
Transferências correntes da Adm. Central *	4918	5953	21,0	61,1	68,6	3043	3019	-0,8	68,1	73,4
Despesa Total	15642	16670	6,6	65,8	65,6	5282	5889	11,5	65,9	63,0
Pensões	9319	10258	10,1	64,6	67,0	5262	5858	11,3	65,9	63,2
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	333	327	-1,8	63,8	65,1	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1692	1858	9,8	65,3	62,7	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	1018	1038	2,0	68,6	64,9	-	-	-	-	-
Saldo Global	269	491	-	-	-	167	143	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Administração Local

Em agosto, na ótica da contabilidade pública, o saldo acumulado provisório da execução orçamental da Administração Local passou de um excedente de 302,0M€, em 2012, para um défice de 2,5M€, em 2013. Este resultado é influenciado pela regularização de dívidas a fornecedores no âmbito do PAEL, sem as quais o saldo deste subsetor seria de 324,1€, correspondendo a uma melhoria de 22,14M€ face ao período homólogo. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita total em 2,8%, em resultado do comportamento da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre Veículos. Este comportamento foi parcialmente compensado pela diminuição das transferências de capital do resto do mundo e das transferências ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro; e
- um aumento da despesa total em 10,3%, que traduz, fundamentalmente, a variação positiva da despesa com a aquisição de bens e serviços e com aquisição de bens de capital, que inclui a liquidação de pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) para regularização das dívidas dos municípios a fornecedores, da despesa com pessoal, das transferências correntes.

Administração Regional

Até agosto, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 151,5M€, o que corresponde a um agravamento de 474,9M€ face ao período homólogo. Este comportamento resultou da deterioração dos saldos de ambas as regiões, sendo que a Região Autónoma da Madeira (RAM) registou um agravamento do défice de 110,0M€ para 476,2M€ (que excluindo a regularização de dívidas de anos anteriores, apresenta uma melhoria de 20,4M€), enquanto a Região Autónoma dos Açores (RAA) diminuiu o excedente de 28,1M€ para 1,2M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 18,8%, devido, sobretudo, ao comportamento positivo da receita fiscal, em ambas as Regiões Autónomas, e das transferências correntes do OE, principalmente para a RAA, e do resto

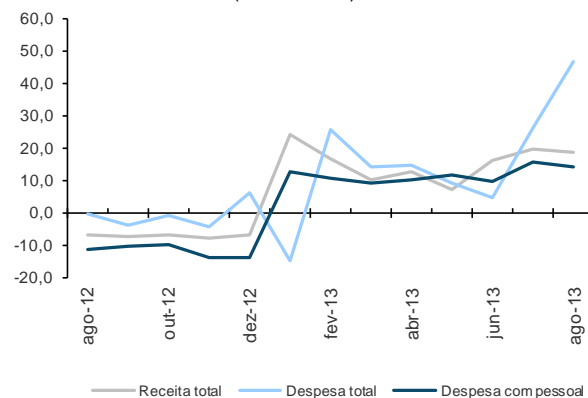
do mundo. A receita de capital registou um decréscimo de 12,0%, devido à diminuição das transferências de capital do OE para a RAA, parcialmente compensada pelo aumento das transferências do resto do mundo para ambas as Regiões Autónomas, ainda que com maior expressão na RAA; e

- um acréscimo da despesa total em 47,0%, em resultado de um aumento de 65,4%, na RAM, e de 23,6%, na RAA. Contudo, a desagregação entre despesas correntes e de capital evidencia comportamentos diferenciados:

- na RAM, o aumento da despesa é explicado pelo forte crescimento das despesas de capital, nomeadamente do investimento (em consequência da regularização de pagamentos em atraso, com recurso principalmente à contratação de um empréstimo comercial garantido pelo Estado), dado que, à exceção das despesas com pessoal e com juros e outros encargos da dívida, todos os itens das despesas correntes apresentaram diminuições; e

- na RAA, embora o comportamento da despesa seja influenciado pelo comportamento das despesas de capital (no âmbito dos projetos cofinanciados pela União Europeia e de programas de incentivo ao investimento privado), os principais contributos são dados pelas transferências correntes para fora das Administrações Públicas e pelas despesas com o pessoal.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional					Administração Local					
	2012	2013	2012	2013	2013	2012	2013	2012	2013	2013	
	10 ⁶ euros		jan a ago			10 ⁶ euros		jan a ago			VHA (%)
Receita total	1 258	1 496	62,5	63,3	18,8	4 474	4 601	60,1	64,7	2,8	
Impostos	644	823	59,9	66,2	27,8	1 349	1 514	60,7	63,5	12,2	
Transferências correntes	298	390	77,0	102,0	31,0	1 381	1 603	66,7	64,9	16,1	
Despesa total	1 340	1 971	58,8	55,0	47,0	4 172	4 603	62,3	62,7	10,3	
Pessoal	437	501	66,0	66,5	14,4	1 381	1 545	66,1	73,0	11,9	
Aquisição de bens e serv	256	245	61,2	62,1	-4,6	1 136	1 317	61,3	67,1	15,9	
Transferências correntes	370	413	69,7	75,3	11,5	277	332	59,3	73,3	19,7	
Investimento	62	580	19,0	51,3	842,0	950	1 002	61,1	47,5	5,5	
Saldo global	- 82	- 475	-	-	-	302	- 3	-	-	-	

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em julho de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 213,5 mil M€, menos 1076M€ que no final de junho. Esta evolução deve-se à diminuição do stock da dívida da Administração Central em 727M€, sendo que a administração regional e local aumentou a sua dívida em 88M€. Chama-se a atenção para o facto do aumento da dívida não ser explicado na íntegra pelo défice da administração central, dado que a diminuição dos depósitos neste subsector foi de 1790M€.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2012 dez	2013 jun	2013 jul
Administrações Públicas	204 485	214 546	213 470
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	204 025	214 243	213 516
Administração Regional e Local	9 444	9 700	9 788
Segurança Social	4	1	1
Consolidação entre subsectores	8 989	9 398	9 834
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	16 585	21 263	19 473

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas, excluindo EPR, diminuiu, em agosto, 521,9M€ face ao mês anterior. Este comportamento deve-se ao decréscimo da dívida de todos os subsectores: da Administração Regional, em 366,0M€, da Administração Local, em 112,3M€, e da Administração Central, em 43,6M€.

Quadro 2.14. Dívida não financeira das AP
(milhões de euros)

	2012 dez	2013 jul	2013 ago
Administrações Públicas	5 402	5 369	4 847
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	328	588	544
Administração Regional	2 496	2 339	1 973
Administração Local	2 578	2 441	2 329
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Em agosto, os pagamentos em atraso das AP, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e os hospitais EPE, diminuíram 172,1M€ face ao mês anterior. Este comportamento deveu-se principalmente à diminuição verificada na Administração Regional (115,5M€) e Local (53,2M€). Em sentido contrário, os Hospitais E.P.E. aumentaram os pagamentos em atraso em 33,0M€.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2012 dez	2013 jul	2013 ago
Administrações Públicas	2 314	1 918	1 746
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	58	55	53
SNS	23	32	30
Empresas Públicas Reclassificadas	29	18	18
Administração Regional	946	911	795
Administração Local	1 258	902	849
Outras Entidades	747	1 025	1 058
Empresas públicas não reclassificadas	33	74	74
Hospitais EPE	714	951	984
Adm. Públicas e outras entidades	3 061	2 942	2 803

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

No final de agosto, a dívida direta do Estado situava-se em 207,4 mil M€, aumentando 1751,9M€ face ao mês anterior. A evolução mensal ficou a dever-se, essencialmente, ao aumento do stock de BT, em 1208,6M€, de CEDIC, em 632,8M€, de CA, pelo quarto mês consecutivo, em 131,0M€, e de outros instrumentos não transacionáveis, em 47,3M€. Este comportamento foi parcialmente compensado pela diminuição do saldo de OT, dado que foram realizadas recompras parciais da OT 5,45% set2013 e da OT 4,375% jun2014, no valor nominal de 188M€, e de CT, em 2,8M€. As flutuações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 101,7€.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31-jul-13		ago-13			31-ago-13	
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo		
Transacionável	121 537	1 036	196	6	122 382		
Bilhetes do Tesouro	19 654	1 029	0	0	20 682		
Obrigações do Tesouro	98 782		190	2	98 594		
Não Transacionável	17 222	3 103	2 295	0	18 030		
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 177	191	62	0	11 305		
CEDIC e CEDIM	5 528	2 813	2 180	0	6 161		
Prog. de Ajustamento Económico	66 934	0	0	98	67 032		
Total	205 692	4 139	2 491	104	207 444		

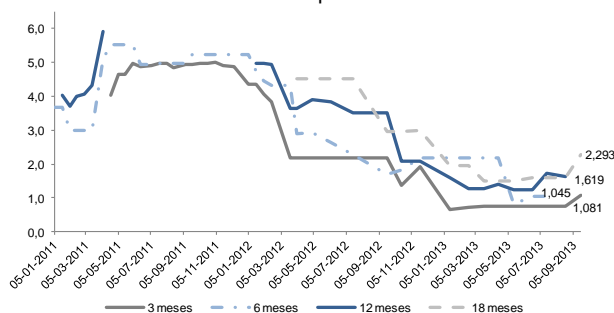
Fonte: IGCP.

Emissões de Dívida

A 18 de setembro de 2013, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 500M€, a 3 meses, e 750M€, a 18 meses. A taxa média ponderada da emissão a três meses foi de 1,081% (0,766% na anterior de igual maturidade) e a 18 meses foi de 2,293% (1,603% na emissão anterior com idêntica maturidade).

O aumento das taxas de colocação dos BT segue a tendência internacional potenciada pela discussão pública sobre a flexibilização das metas do défice para os países que se encontram sujeitos a um procedimento por défice excessivo.

Figura 2.27. Emissões de BT
Taxa média ponderada



Fonte: IGCP.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros sete meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 3,5%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 1,2%.

Entre janeiro e julho de 2013, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,4 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,8 p.p.) e dos “Químicos” (+0,7 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,7%). Seguem-se os “Químicos” (12,6%).

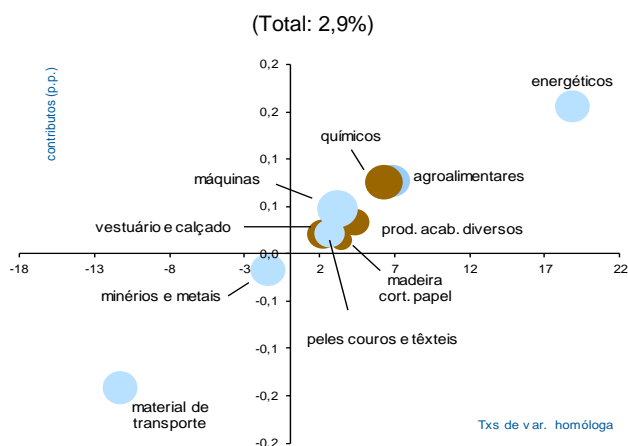
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em julho de 2013.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+2,9%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+1,6 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Agroalimentares” e dos “Químicos” (+0,8 p.p. e +0,8 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos das “Máquinas” e “Produtos Acabados Diversos”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 0,5 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em julho de 2013



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros jan-jul		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos					
			Anual		jan-jul		últimos 12 meses ^[1]		jan-jul			
			2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
			2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	27 143	28 080	100,0	100,0	100,0	100,0	2,9	2,9	3,5	3,5		
000 Agro-Alimentares	2 874	3 105	9,6	11,5	10,6	11,1	6,8	0,8	8,0	0,8		
100 Energéticos	2 304	2 950	4,5	8,3	8,5	10,5	18,8	1,6	28,1	2,4		
200 Químicos	3 356	3 539	10,6	12,4	12,4	12,6	6,3	0,8	5,4	0,7		
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 187	2 253	7,8	8,1	8,1	8,0	2,6	0,2	3,0	0,2		
400 Peles, Couros e Têxteis	1 122	1 180	4,8	4,1	4,1	4,2	3,4	0,1	5,1	0,2		
500 Vestuário e Calçado	2 497	2 522	10,5	9,2	9,2	9,0	2,2	0,2	1,0	0,1		
600 Minérios e Metais	3 196	3 020	10,9	11,7	11,8	10,8	-1,5	-0,2	-5,5	-0,6		
700 Máquinas	4 093	4 131	19,7	15,3	15,1	14,7	3,2	0,5	0,9	0,1		
800 Material de Transporte	3 412	3 157	12,7	11,6	12,6	11,2	-11,3	-1,4	-7,5	-0,9		
900 Produtos Acabados Diversos	2 101	2 223	9,0	7,7	7,7	7,9	4,4	0,3	5,8	0,4		
Por memória:												
Total sem energéticos	24 839	25 129	95,5	91,7	91,5	89,5	1,4	1,3	1,2	1,1		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2013.

[2] $(\text{ago } 12\text{-jul } 13) / (\text{ago } 11\text{-jul } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

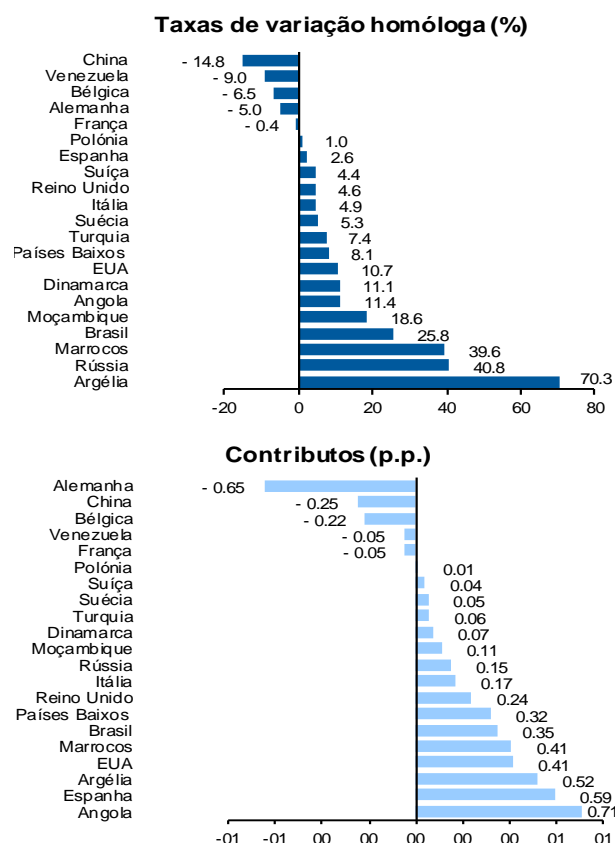
Nos primeiros sete meses de 2013, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 1,4%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram o mesmo acréscimo enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 1,3%. No mesmo período as exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 8,7% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações totais (+2,4 p.p.).

As exportações de mercadorias para Espanha (+1,7 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e os Países Baixos (+0,2 p.p. e +0,1 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em julho de 2013, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 0,1%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 0,2%. As exportações para Espanha (+0,6 p.p.) e os Países Baixos (+0,3 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE para o crescimento do total das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a Argélia (+70,3%), Marrocos (+39,6%) e o Brasil (+25,8%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino aa China (-14,8%) e a Venezuela (-9,0%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em julho de 2013



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-jul		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-jul		12 meses ^[1]		jan-jul	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	27 143	28 080	100,0	100,0	100,0	100,0	2,9	2,9	3,5	3,5
Intra UE-28	19 579	19 859	77,1	71,1	72,1	70,7	0,1	0,1	1,4	1,0
dos quais:										
UE-15	18 687	18 954	74,7	67,9	68,8	67,5	0,2	0,1	1,4	1,0
Espanha	6 138	6 597	28,7	22,5	22,6	23,5	2,6	0,6	7,5	1,7
Alemanha	3 457	3 366	12,9	12,4	12,7	12,0	-5,0	-0,6	-2,6	-0,3
França	3 329	3 316	12,6	11,8	12,3	11,8	-0,4	0,0	-0,4	0,0
R.Unido	1 412	1 464	6,0	5,3	5,2	5,2	4,6	0,0	3,7	0,2
P.Baixos	1 126	1 161	3,5	4,1	4,1	4,1	8,1	0,3	3,2	0,1
Itália	983	965	4,1	3,7	3,6	3,4	4,9	0,2	-1,9	-0,1
Bélgica	878	853	2,6	3,1	3,2	3,0	-6,5	-0,2	-2,9	-0,1
Suécia	268	268	1,3	1,0	1,0	1,0	5,3	0,1	0,2	0,0
Dinamarca	177	184	0,7	0,7	0,7	0,7	11,1	0,1	3,7	0,0
Alargamento	893	905	2,4	3,2	3,3	3,2	-1,3	0,0	1,3	0,0
Polónia	241	263	0,7	0,9	0,9	0,9	1,0	0,0	9,2	0,1
Extra UE-28	7 564	8 221	22,9	28,9	27,9	29,3	10,1	2,8	8,7	2,4
dos quais:										
Angola	1 589	1 695	4,4	6,6	5,9	6,0	11,4	0,7	6,7	0,4
EUA	1 064	1 130	4,7	4,1	3,9	4,0	10,7	0,4	6,2	0,2
China	545	409	0,5	1,7	2,0	1,5	-14,8	-0,2	-25,1	-0,5
Brasil	331	413	0,7	1,5	1,2	1,5	25,8	0,3	24,5	0,3
Marrocos	304	491	0,5	1,0	1,1	1,7	39,6	0,4	61,3	0,7
Argélia	211	346	0,2	0,9	0,8	1,2	70,3	0,5	64,1	0,5
Suíça	245	257	0,7	0,9	0,9	0,9	4,4	0,0	4,7	0,0
Turquia	222	235	0,6	0,8	0,8	0,8	7,4	0,1	6,0	0,0
Venezuela	180	99	0,0	0,7	0,7	0,4	-9,0	-0,1	-44,7	-0,3
Moçambique	163	189	0,2	0,6	0,6	0,7	18,6	0,1	15,4	0,1
Por memória:										
Gibraltar	161	202	0,0	0,7	0,6	0,7	27,1	0,2	25,3	0,2
PALOP	1 951	2 070	5,4	8,0	7,2	7,4	9,9	0,8	6,1	0,4
EFTA	316	332	1,0	1,1	1,2	1,2	5,5	0,1	5,3	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2013.

[2] (ago 12-jul 13)/(ago 11-jul 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

Importações de Mercadorias

De janeiro a julho de 2013, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga praticamente nula (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Energéticos” (-0,7 p.p.), “Máquinas” (-0,6 p.p.) e “Químicos” (-0,2 p.p.) para a redução das importações nos primeiros sete meses de 2013.

O comportamento das importações de produtos “Agroalimentares”, com um contributo positivo de 1,0 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (71,4%).

Nos primeiros sete meses de 2013, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 0,7%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 0,6%. As importações provenientes dos países do Alargamento decresceram 2,8%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 1,8%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (5,5% do total). Seguem-se a China (2,4%) e a Rússia (1,8%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-jul		Anual		jan-jul		12 meses ^[1]		jan-jul	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	33 041	33 040	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,9	-0,9	0,0	0,0
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	4 970	5 302	12,6	15,6	15,0	16,0	3,9	0,6	6,7	1,0
100-Energéticos	6 784	6 543	13,4	20,7	20,5	19,8	2,1	0,4	-3,6	-0,7
200-Químicos	5 538	5 487	13,4	16,5	16,8	16,6	-0,8	-0,1	-0,9	-0,2
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	1 414	1 519	4,7	4,3	4,3	4,6	0,5	0,0	7,4	0,3
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 113	2 183	6,7	6,4	6,4	6,6	-1,8	-0,1	3,3	0,2
500-Minérios e Metais	2 825	2 814	10,3	8,2	8,5	8,5	-3,2	-0,3	-0,4	0,0
600-Máquinas [4]	4 889	4 685	20,2	14,8	14,8	14,2	-5,9	-0,9	-4,2	-0,6
700-Material de Transporte [5]	2 827	2 868	13,0	8,4	8,6	8,7	-3,6	-0,3	1,5	0,1
800-Prod. Acabados Diversos	1 681	1 638	5,7	5,1	5,1	5,0	-4,1	-0,2	-2,6	-0,1
Total sem energéticos	26 256	26 497	86,6	79,3	79,5	80,2	-1,7	-1,3	0,9	0,7
Mercados de origem										
Intra UE-28	23 766	23 597	76,6	71,8	71,9	71,4	-2,3	-1,7	-0,7	-0,5
dos quais:										
UE-15	22 869	22 726	74,8	69,1	69,2	68,8	-2,5	-1,8	-0,6	-0,4
Espanha	10 505	10 417	31,1	32,0	31,8	31,5	-2,4	-0,8	-0,8	-0,3
Alemanha	3 823	3 780	14,0	11,4	11,6	11,4	-4,4	-0,5	-1,1	-0,1
França	2 391	2 258	8,7	6,6	6,6	6,8	0,6	0,0	3,1	0,2
Itália	1 754	1 716	5,5	5,2	5,3	5,2	-2,6	-0,1	-2,2	-0,1
Países Baixos	1 574	1 653	4,7	4,8	4,8	5,0	3,6	0,2	5,0	0,2
Reino Unido	1 007	937	3,7	3,0	3,0	2,8	-9,0	-0,3	-6,9	-0,2
Bélgica	821	807	2,9	2,5	2,5	2,4	-1,4	0,0	-1,7	0,0
Suécia	345	336	1,1	1,0	1,0	1,0	-5,0	-0,1	-2,5	0,0
Irlanda	317	309	0,8	1,0	1,0	0,9	-6,6	-0,1	-2,4	0,0
Alargamento	897	871	1,8	2,7	2,7	2,6	2,1	0,1	-2,8	-0,1
Extra UE-28	9 274	9 443	23,4	28,2	28,1	28,6	2,9	0,8	1,8	0,5
dos quais:										
Angola	931	1 826	0,6	3,2	2,8	5,5	59,1	1,8	96,2	2,7
China	819	791	1,8	2,4	2,5	2,4	-7,6	-0,2	-3,4	-0,1
Brasil	870	511	2,3	2,4	2,6	1,5	-30,3	-0,8	-41,2	-1,1
EUA	587	499	1,6	1,7	1,8	1,5	-14,5	-0,3	-15,1	-0,3
Nigéria	441	414	1,7	1,6	1,3	1,3	-5,0	-0,1	-6,2	-0,1
Arábia Saudita	586	369	0,7	1,6	1,8	1,1	-30,9	-0,5	-37,1	-0,7
Argélia	442	224	1,0	1,4	1,3	0,7	-1,9	0,0	-49,3	-0,7
Cazaquistão	459	404	0,5	1,4	1,4	1,2	-21,0	-0,3	-12,0	-0,2
Azerbaijão	288	191	0,1	0,9	0,9	0,6	-15,7	-0,1	-33,7	-0,3
Guiné Equatorial	261	73	0,7	0,8	0,8	0,2	-8,2	0,0	-71,9	-0,6
Rússia	369	588	0,9	0,8	1,1	1,8	22,7	0,2	59,7	0,7
Líbia	166	104	1,3	0,7	0,5	0,3	102,4	0,3	-37,4	-0,2
Camarões	146	410	0,0	0,7	0,4	1,2	193,3	0,7	180,8	0,8
OPEP^[6]	2 828	3 224	6,3	9,4	8,6	9,8	21,8	1,8	14,0	1,2
EFTA	316	270	1,9	0,9	1,0	0,8	-21,0	-0,2	-14,6	-0,1
PALOP	945	1 857	0,7	3,2	2,9	5,6	57,0	1,7	96,6	2,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2013.

[2] (ago 12-jul 13)/(ago 11-jul 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período do homólogo anterior) ± 100.

[4] Não inclui tractores.

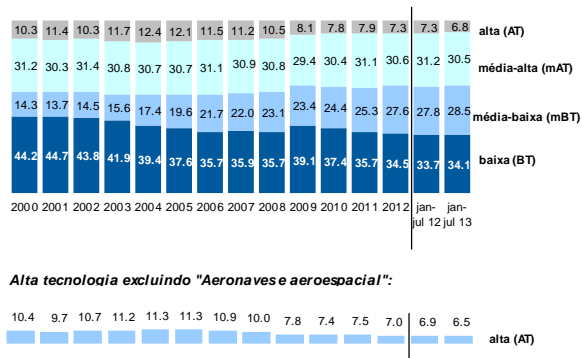
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros sete meses de 2013, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 3,2%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (59,0%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (+5,6%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

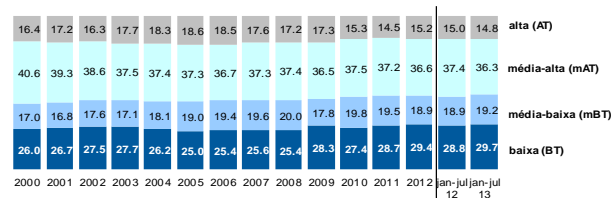
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de média-baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+1,6p.p.).

As exportações dos produtos de média-alta intensidade tecnológica contribuíram positivamente (0,2 p.p.) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 0,2%, sendo os produtos de média-baixa e baixa tecnologia os que mais contribuíram para este acréscimo (0,9 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	Valores em milhões de Euros											
	2012	janeiro a julho		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.		Contributos ^[1] (p.p.)			
		2012	2013	média 2007-12	2012-11	jan-jul 2013-12	2011	2012	jan-jul 2012	2012	jan-jul 2013	
EXPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	42 771	25 705	26 516	3,3	6,1	3,2	100,0	100,0	100,0	100,0	6,1	3,2
Alta tecnologia	3 121	1868	1813	-5,2	-1,8	-2,9	7,9	7,3	7,3	6,8	-0,1	-0,2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 977	1775	1770	-5,4	-0,9	-3,7	7,5	7,0	6,9	6,5	-0,1	-0,3
Média-alta tecnologia	13 080	8 028	8 087	3,1	4,2	0,7	31,1	30,6	31,2	30,5	1,3	0,2
Média-baixa tecnologia	11 805	7 158	7 563	8,1	15,6	5,6	25,3	27,6	27,8	28,5	4,0	1,6
Baixa tecnologia	14 765	8 650	9 054	2,6	2,7	4,7	35,7	34,5	33,7	34,1	1,0	1,6
<i>Por memória:</i>												
Total das Exportações	45 259	27 143	28 080	3,4	5,7	3,5	100,0	100,0	100,0	100,0	5,7	3,5
Residual ^[3]	2 488	1 438	1 563	4,3	-1,3	8,7	5,9	5,5	5,3	5,6	-0,1	0,5
IMPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	42 738	25 132	25 181	-3,2	-9,6	0,2	100,0	100,0	100,0	100,0	-9,6	0,2
Alta tecnologia	6 496	3 766	3 725	-5,9	-5,5	-1,1	14,5	15,2	15,0	14,8	-0,8	-0,2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 158	3 631	3 469	-5,5	-6,7	-4,5	14,0	14,5	14,5	13,9	-0,9	-0,6
Média-alta tecnologia	15 623	9 388	9 141	-3,6	-11,3	-2,6	37,2	36,6	37,4	36,3	-4,2	-1,0
Média-baixa tecnologia	8 060	4 741	4 846	-3,9	-12,7	2,2	19,5	19,9	19,9	19,2	-2,5	0,4
Baixa tecnologia	12 559	7 236	7 468	-0,5	-7,6	3,2	28,7	28,9	28,8	29,7	-2,2	0,9
<i>Por memória:</i>												
Total das Importações	56 166	33 041	33 040	-1,3	-5,2	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,2	0,0
Residual ^[3]	13 428	7 909	7 859	6,8	12,6	-0,6	20,1	23,9	23,9	23,8	2,5	-0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucedeu para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de junho de 2013, nos primeiros seis meses de 2013, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,0%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (2,4 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

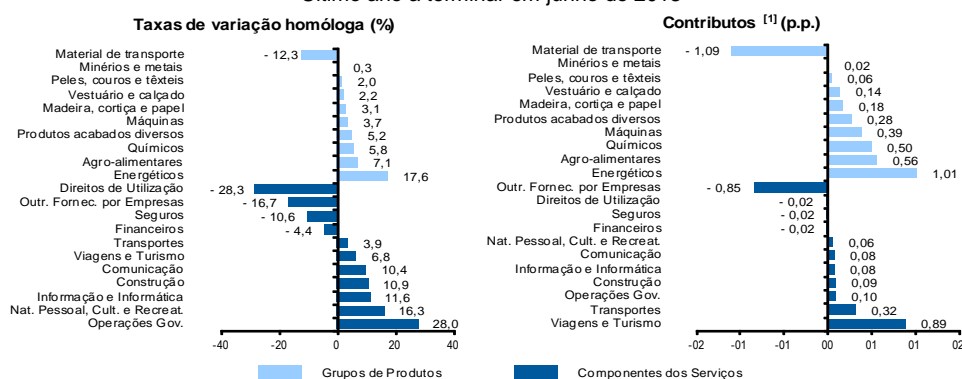
Nos primeiros seis meses de 2013, a componente dos Serviços representou 27,6% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (1,7 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 16,3% no total e o seu comportamento contrariou o decréscimo das “Importações” totais (-2,2%) em 0,1 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em junho de 2013, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,01 p.p.) e dos “Agroalimentares” (+0,56 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,89 p.p.) e Transportes (+0,32 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Último ano a terminar em junho de 2013



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (2,8%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-jun		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-jun		média anual 07-12	12 meses ^[1]		jan-jun	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	31 823	33 107	100,0	100,0	100,0	100,0	3,1	2,8	2,8	4,0	4,0
Bens	23 233	23 986	69,4	70,4	73,0	72,4	3,4	2,9	2,1	3,2	2,4
Serviços	8 590	9 121	30,6	29,6	27,0	27,6	2,4	2,4	0,7	6,2	1,7
Transportes	2 642	2 761	7,7	8,3	8,3	8,3	4,7	3,9	0,3	4,5	0,4
Viagens e Turismo	3 419	3 701	13,3	13,3	10,7	11,2	3,1	6,8	0,9	8,2	0,9
Comunicação	249	263	1,0	0,8	0,8	0,8	-1,4	10,4	0,1	5,8	0,0
Construção	245	281	1,1	0,9	0,8	0,8	-1,4	10,9	0,1	14,5	0,1
Seguros	55	49	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	-10,6	0,0	-11,0	0,0
Financiários	117	102	0,4	0,4	0,4	0,3	-0,4	-4,4	0,0	-12,2	0,0
Informação e Informática	233	253	0,4	0,7	0,7	0,8	15,0	11,6	0,1	8,5	0,1
Direitos de Utilização	20	15	0,1	0,1	0,1	0,0	-10,2	-28,3	0,0	-25,6	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1361	1412	5,6	4,1	4,3	4,3	-3,3	-16,7	-0,8	3,7	0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	130	139	0,3	0,4	0,4	0,4	7,9	16,3	0,1	6,9	0,0
Operações Governamentais	119	146	0,3	0,4	0,4	0,4	8,6	28,0	0,1	22,1	0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	32 690	31 965	100,0	100,0	100,0	100,0	-1,1	-3,7	-3,7	-2,2	-2,2
Bens	27 503	26 754	84,7	83,9	84,1	83,7	-1,3	-3,5	-2,9	-2,7	-2,3
Serviços	5 186	5 211	15,3	16,1	15,9	16,3	0,0	-4,8	-0,8	0,5	0,1
Transportes	1616	1634	4,9	5,0	4,9	5,1	-0,3	-2,1	-0,1	1,1	0,1
Viagens e Turismo	1464	1539	4,2	4,6	4,5	4,8	0,5	2,5	0,1	5,1	0,2
Comunicação	213	220	0,7	0,6	0,7	0,7	-3,6	1,6	0,0	3,4	0,0
Construção	50	50	0,2	0,2	0,2	0,2	-3,7	-5,7	0,0	0,2	0,0
Seguros	115	117	0,3	0,4	0,4	0,4	5,4	9,9	0,0	1,0	0,0
Financiários	225	154	0,3	0,7	0,7	0,5	16,0	-18,5	-0,1	-31,6	-0,2
Informação e Informática	190	210	0,4	0,6	0,6	0,7	4,7	-7,3	0,0	10,6	0,1
Direitos de Utilização	180	170	0,5	0,5	0,5	0,5	1,4	-9,8	-0,1	-5,3	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	849	867	3,0	2,6	2,6	2,7	-3,6	-18,7	-0,6	2,1	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	239	207	0,5	0,8	0,7	0,6	6,0	-3,8	0,0	-13,2	-0,1
Operações Governamentais	46	43	0,3	0,2	0,1	0,1	-13,1	8,5	0,0	-6,2	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até junho de 2013.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Ensaio

Institutions and Firm Formation: an Empirical Analysis of Portuguese Municipalities

Simão Arouca⁴

1. Introduction

To ensure their competitiveness in a globalized knowledge-based economy, “places developed a greater need for strategic management in order to capitalize on the growth associated with entrepreneurship” (Audretsch et al., 2004: 317). Accordingly, large relevance can be assigned to an unprecedented identification of those processes through which local institutions and respective governance end up influencing firm births. Such purpose was fulfilled by analyzing the determinants of the varied spatial pattern of start-ups found for the Portuguese territory throughout the previous decade. Estimation of a panel count data model, properly accounting for regional characteristics and specific effects, allowed testing the significance of several indicators on the role played by municipalities in setting the conditions for new business creation.

2. Related Literature

Since the seminal work of Schumpeter (1942), the figure of the entrepreneur has emerged as an important piece in the economic puzzle. For the Austrian, firm formation (or even its prospect) feeds a process of continuous renewal known for posterity as creative destruction. Such theoretical reasoning has been confirmed by several empirical tests on the impact of business creation on regional growth. In fact, a comprehensive survey undertaken by Fritsch (2008) illustrates how supply-side effects resulting from firm entry tend to drive welfare through the path of enhanced competition. Contradicting Birch (1981), the direct contributions for net job creation seem negligible given the crowding-out of both incumbents and entrants that results from selection in a well-functioning system. Nonetheless, associated efficiency gains and innovation-based expansion of markets produce a positive lagged effect on employment which generally prevails. While analysis at the firm level supports the documented dynamics (Mata et al., 1995), overall effects seem conditional, not only on the quality of start-ups and on the financial constraints faced by entrepreneurs, but also on the characteristics of the region chosen for location (Acs and Mueller, 2008).

Sharp differences arise when analyzing the yearly spatial variation of new entrepreneurial ventures within the same country. In order to explain this pattern, understanding which factors underlie local attractiveness appears essential.

By reaffirming the importance of economic geography, Krugman (1991) provided a major contribution on such direction. In his view, location decisions derive from an endogenous process where a circularity of demand-pull effects sustains the concentration of industrial activity. In accordance, decreasing transportation costs and prospective realization of scale economies constitute basic elements behind the urbanization phenomenon. Additionally, the reduced distances that characterize these agglomerations set the stage for frequent knowledge-spillovers. Without neglecting eventual reasons for local specialization, Glaeser et al. (1992) suggest that the magnetism exerted by cities also lies on the frequency of such cross-industry interactions. Hence, firm entry is driven by the benefits accruing from diversity.

Moreover, the regional presence of a vaster pool of qualified workforce, either in terms of job skills or educational background, is determinant in the business creation process. According to Audretsch and

⁴ NOVA School of Business and Economics. This article was partially developed while the author was visiting at the *Gabinete de Estratégia e Estudos*, Portuguese Ministry of Economy and Employment.

Feldman (1996), proximity to knowledge sources, namely private and public R&D-based organizations, increases the likelihood of nascent entrepreneurial activity, namely in the area of innovation.

Two final factors must also be accounted for when studying local differences in entry. On one hand, individual decisions of moving to self-employment are much conditioned by wage and unemployment levels (Storey, 1991). On the other, constraints to firm formation posed by liquidity requirements and limited access to capital (Evans and Jovanovic, 1989) cannot be overlooked: wealth, and therefore its regional distribution has an important influence.

For two decades now, empirical research on the geographical variation of firm formation (e.g., Reynolds et al., 1994; Armington and Acs, 2002; Fritsch and Falck, 2007) has examined the suitability of the theoretical predictions aforementioned in numerous spatial and temporal contexts. Transversal to most studies is the high significance verified for demand and agglomeration variables in predicting the local volume of start-ups. While Reynolds et al. (1994) also came across non negligible wealth effects, Armington and Acs (2002) confirmed the positive impact of workforce qualifications and Fritsch and Falck (2007) found short-term unemployment and unitary labour costs to possess explanatory relevance as well. Prior investigation using Portuguese data broadly corroborates such outcomes: Holl (2004) proved that diverse rather than specialized local economies are more conducive to new business creation, whereas Baptista and Mendonça (2010) observed the birth of knowledge-based enterprises to be potentiated by their proximity to universities.

Overall, results indicate that, independently of the developed country under analysis, variation across regions is inherent to the generic firm formation process. Accordingly, both policy design and institutional setup at the level of localities should be more effective in fomenting entrepreneurship than the majority of standardized national strategies.

This thesis originally contributes by deepening the ex-post analysis on the impact of local governance over the amount of firms created. Given the focus on the Portuguese case, the spatial and administrative unit considered is the municipality (*município*). Each of the 278 municipalities in continental Portugal is effectively empowered in what regards several domains of public choice (e.g., infrastructural development, land-use planning, business licensing). As a matter of fact, in a country with almost no intermediate tiers of regional authority, municipalities fulfil an important institutional role that can be framed in five key vectors of action. Local attractiveness on the perspective of the entrepreneur is therefore impacted through the following means:

1. *Infrastructural planning*. Audretsch et al. (2004) highlight the development of industrial parks, business areas and science and technology incubators as the best representation of a successful start-up oriented policy. By providing the necessary infrastructures, as well as eventual linkages to academic and other R&D-based organizations, municipalities tend to draw closer potential entrants who seek the benefits of knowledge spillovers, synergetic scaling and cost sharing.
2. *European structural funding*. In line with the previous argument, municipalities growingly rely on EU mechanisms to finance several types of projects in the fields of human capital development, innovation and entrepreneurship, among which the creation of enterprise location areas is naturally included. Besides, being most of the territory eligible under the same core cohesion targets, application efforts to Community funds, especially in a scenario of competitive bidding, reveals a higher commitment of municipal entities towards enhancing the local business environment.
3. *Licensing and regulatory framework*. Prospective entrepreneurs may be deterred from market entry due to burdensome bureaucratic requirements. According to Wagner and Sternberg (2004), higher regulatory barriers and, especially, the prevalence of slow paced licensing can discourage any attempts of business creation at start. By holding a partial control over those procedures, municipalities have the ability to influence the likelihood of firm formation.
4. *Financial performance*. Broadening the scope of the previous topic, the well-functioning of municipal institutions must be regarded as a relevant determinant. In fact, the absence of sound financial management, possibly reflected on an exceedingly high current expenditure, may lead to a rise of local

taxation to cope with the accumulated debt service. Accordingly, the low institutional quality proxied by such misallocation of resources is bound to divert new enterprise ventures.

5. *Political preferences.* Finally, given that ruling coalitions tend to be majoritarian, the way in which political forces are customarily represented in municipal governing bodies can be symptomatic of the population attitudes towards business creation and self-employment. In the view of Reynolds et al. (1994), established right-wing conservatism tends to be associated with a stronger entrepreneurial tradition.

3. Model

From the end of the last section it became clear that the probability of observing a firm birth in municipality i during period t , henceforth termed $pr(n_{it})$, must be regarded as a function of local attributes. Given its count nature, the dependent variable N_{it} , i.e. the annual number of start-ups (nonnegative integers) verified for each municipality, is assumed to follow a Poisson distribution with parameter $\lambda_{it} = \exp(X'_{it}\beta)$ accounting for the respective set of municipal determinants.

Such stochastic process relies on the strict hypothesis of constancy in the variance to mean ratio, something which finds no empirical support in the analyzed data. Conversely, this relation tends to rise with the number of firms created, thus evidencing the presence of overdispersion. To handle it appropriately, a negative binomial specification was adopted. Non independence of the counts, given the serial correlation stemming from it, constitutes another assumption violation that had to be tackled. In face of unobserved time-invariant heterogeneity, residuals consistently point the direction in which a specific municipality deviates from the average one. Such phenomenon can be properly dealt through fixed-effects estimation. By controlling for local characteristics which are constant across time (e.g., proximity to the coast) this panel method eliminates a source of bias that would otherwise come from the undetected correlation with the regressors.

By exploring within variation and accommodating overdispersion simultaneously, the adopted fixed-effects negative binomial model delivers consistent estimates on the influence that the set of factors specified below displays over local business formation:

(1)

$$N_{it} = \mu_i + \beta_0 + \sum_{m=1}^M \beta_m MUN_{i,t-1} + \sum_{n=1}^N \beta_n ENV_{i,t-1} + \sum_{p=1}^{17} \beta_p DIST_i + \sum_{q=1}^6 \beta_q YEAR_t + \varepsilon_{it}$$

While N_{it} embodies the number of firms created per observational unit and μ_i represents municipal specific effects, regressor sets $MUN_{i,t-1}$ and $ENV_{i,t-1}$ stand, respectively, for the role of municipal institutions and for other local environment characteristics. Notice that temporal indexation is lagged by 1 year to avoid eventual reversed causality. In addition, two dummy groups were considered for this specification: on one hand, $DIST_i$, encompassing binary variables that account for all Portuguese districts (*distritos*), controls for spatial autocorrelation by absorbing spillover effects which are transversal to neighbouring municipalities (Baptista and Mendonça, 2010); on the other side, $YEAR_t$ dummies expunge time-specific influences associated to the economic cycle. Lastly, ε_{it} corresponds, as usual, to the random term (estimations relied on the use of cluster-robust standard errors to correct for remaining autocorrelation).

4. Data

The majority of information used in this paper was taken from *Quadros de Pessoal*, a longitudinal matched employer-employee dataset annually updated by the Portuguese Ministry of Solidarity and Social Security (MSSS) on the basis of a survey that firms with positive payroll are legally required to submit (cases of self or wholly familiar employment are thereby exempted). Covering with micro-level detail all private sector business units having at least one wage earner, this database constitutes an exceptionally comprehensive source for research on firm dynamics, among other topics. In practical terms, three interconnected files link

workers to the respective establishments and companies, with only the latter set being considered when calculating the volume of business formation per municipality. Thus, the adopted notion of births (i.e., firm identifiers appearing from one year to another in *Quadros de Pessoa*) refers exclusively to new primary locations/headquarters, something which suits better any analysis on the influence of municipal institutions over entrepreneurship. For similar reasons, start-ups falling outside the partnership or sole proprietorship legal definitions were excluded given their non-profit character.

According to the applied criteria, throughout the 2003-09 period roughly 34.460 start-ups were annually registered in the entire continental territory, most of them (95%) employing less than 10 workers upon creation. For the 1.946 observations pertaining to such interval, this amounts to say that the average municipality experienced 122 new entrepreneurial ventures yearly. However, the level of firm formation behaved in a volatile manner across time (Figure 1.): while a slight increase is observed from 2003 to 2005, a distinct drop took place both in 2006 and 2009, being the latter indissociable from a major economic downturn. Confirming such scenario, the first three years' average is roughly 26% higher than the one for the remaining time span.

Accounting for differences in the industrial structure, the weight of manufacturing in the start-up process has been declining throughout time, now standing below 10%. In sharp contrast, services increased their dominant position during the previous decade such that, by the last year sampled, more than seven out of ten newly created businesses would belong to this sectoral group. Further disaggregation provided in Table 1. shows that, although most firms are still set in the industries of commerce and local market supply (which jointly amount to 56% of all new ventures), business services have been gradually acquiring importance. Highlighted by Armington and Acs (2002) for its knowledge-intensiveness and impact on local growth, the sector's expansion is clearly patent in a mean birth rate of 15%, by far the largest.

Even more than temporal or sectoral differences, spatial variation constitutes a marked feature of the analyzed data. Unsurprisingly, the geographical pattern of entrepreneurial intensiveness is clearly biased towards the coastal side of the country (Figure 2.). In fact, the number of firms created per 1000 inhabitants is particularly high in municipalities located in the northwest (above Porto and surrounding Braga), the littoral centre (close to Leiria) and the extreme south (around Faro). Reversely, the interior, namely the central and north-eastern regions, perform poorly in such respect.

5. Explanatory Variables

The modelization previously presented associates the volume of business formation to regional related factors. Hereupon, the purpose of this thesis is twofold: to analyze the extent in which municipalities stimulate entrepreneurship, as well as to evaluate how controls for local environment deemed significant in earlier studies fit the observed sample. Although endogeneity may be a feature of some variables, something inevitable given the insertion of entrepreneurial patterns in a cumulative growth mechanism (Armington and Acs, 2002), causal interpretations may still be derived by examining firm birth variations within municipalities while lagging the chosen regressors.

Recalling Section 2., the part played by municipal institutions in the start-up process could be sorted in five vectors of influence. Among them, infrastructural planning, especially in what concerns the creation of business location parks, appears to stand out. Oftentimes, implementation of such projects is accompanied by an increase on the amount of hectares per km² formally designated as *industrial area* in the municipal spatial chart, a fact justifying the adoption of this indicator as a suitable proxy. Since most firms in services are established on residential space, differences regarding the strength of that determinant are expected upon comparison with manufacturing.

Additionally, per capita access to *European Union funds*, which encompass all capital flows under the cohesion (*CF*), social (*ESF*) and regional development (*ERDF*) mechanisms, signals the efforts and institutional adaptations in which municipalities must engage to improve local attractiveness in the view of entrepreneurs. This rationale applies as well to the burden dictated by the scale of licensing requirements, proxied as the average *unplanned length of construction works* (i.e., in excess of initially predicted dura-

tion). Given the controls imposed on household financial constraints and economic cycle, a major source of delays probably resides on bureaucracy-based interruptions.

Two further measurements are also of particular importance. On the one hand, proper allocation of financial resources at the local level should illustrate the managerial quality displayed by respective authorities, being such attributes quantified as the yearly ratio of municipal *expenditure on employees* (in the sense of own personnel/staff) per inhabitant. On the other side, accounting for the weight of *leftist mandates*, i.e. proportion of members of the municipality's government ideologically distant from right-wing traditional parties (either for current affiliation or past record), enables one to test how differences on both political inclination and agenda may condition the proneness for start-up venturing in the area.

Beyond the institutional variables under analysis, other features of the local milieu (introduced in Section 2. and detailed below) were controlled for to prevent any omission-related bias from affecting the results. Demand expansion, to start with, is here gauged as the annual rate of *young population growth*. By solely considering inhabitants with less than 15 years of age, this measure circumvents endogeneity. As a complement, local market size was scaled using the logarithmized volume of sales per capita (Baptista and Mendonça, 2010).

Previously, it was also argued that urban contexts may enhance entrepreneurial activity by pooling a varied labour supply and facilitating technological spillovers. While the former advantage should be captured by *population density*, calculated as the amount of residents per km², the latter benefits ought to be reflected in the local sum of *incumbent firms*. In close connection, the extent to which a heterogeneous setting promotes cross-industry interactions was analyzed through *sector diversity*, a transformed Herfindahl index of employment share dispersion. Moreover, given that reduced cost-distance patterns are inherent to the agglomerative phenomenon, one expects municipalities enjoying *highway access* to attract a greater number of start-ups.

In terms of regional qualification, the existing stock of human capital is consistently found to set the stage for entrepreneurship. Accordingly, workforce skills are assumed to be patent in the shares of *graduates* (i.e. university degree holders) or *researchers and technicians*, a classification comprising knowledge intensive occupations.

Lastly, several forms of opportunity cost may impact the likeliness of firm creation. A higher level of *wages*, for instance, not only amounts to increased input prices as it deters eventual moves towards self-employment. The reverse would apply to a larger municipal *unemployment rate* if it was not for the economic decline also signalled by this measurement. Beyond labour market variables, financial constraints are accounted for as well. Herein, the mean *value of real estate* traded locally proxies the amount of capital available to the average household.

6. Results

Following the prior discussion, major hypothesis underlying local variations in the firm formation process were tested through a fixed-effects negative binomial model. Table 3. provides a summary of results regarding the all-sectors baseline specification (I) described in Eq. (1), as well as a separation between manufacturing (II) and services (III) aimed at controlling for aggregation issues (Armington and Acs, 2002).

In what concerns the role of municipalities as entrepreneurship promoters, significance levels associated to the planning variable confirm the predictions of Audretsch et al. (2004). Evidence shows that an increase of industrial area by one hectare per km² leads to a 12% rise in the firm birth probability, thus corroborating (under the assumptions argued in Sections 2. and 5.) the importance of business location infrastructures. Furthermore, stronger effects are expected for manufacturing due to the sector's requirements on scale, set-up costs and synergetic proximity.

A strikingly high relevance is also displayed by the assumed indicator of institutional quality. In fact, spatial units where financial resources are better managed seem to attract a higher volume of new ventures, being such phenomenon transversal to all sectoral groups. Accordingly, the direction of signs patented, not

only reflects the pushing influence of ineffective local governance, as it may capture the prevalence of interiority municipalities who still weigh as non-negligible sources of employment.

Regarding the regulatory framework, unplanned length of construction solely illustrates a situation of deterred market entry in the manufacturing case. Irrelevance of this licensing proxy for the services model reveals that only larger projects, usually asked to comply with a stringent set of norms, are discouraged upon implementation by slow-paced bureaucratic proceedings under the partial control of municipal institutions.

As for the political landscape, estimation outcomes are in line with Wagner and Sternberg's (2004): ideology, taken as the proportion of mandates assigned to left-wing forces, has no part in the firm formation process. Consequently, neither the neutrality of business supporting policies is contested, nor voting is viewed as mirroring a traditional aversion towards entrepreneurial activity. Surprisingly alike, per capita distribution of European funds appears to exert no impact over local start-up intensity. Given the sums considered, the similitude in regional eligibility and the within-country nature of this analysis, one cannot expect sheer misapplication to explain those results on its own. Such reasoning suggests that differences across programming intervals and expenditure objectives must be properly handled.

When exploring local environment traits which are beyond the institutional influence of municipalities, demand behaviour and agglomeration dynamics protrude as the most important processes affecting overall firm formation (in line with Reynolds et al., 1994). By inspecting once again Table 3., it is visible how a percentage point rise on young population growth or a density increase of one thousand inhabitants per km² enlarges the proneness for new business ventures in 3% and 6% respectively, being those effects non-rejectable at any typical level. Interestingly, measures like disposable income or volume of incumbent firms seem to have no relevance in the model, an occurrence perhaps explained by their strong correlation with the above cited regressors.

Notable discrepancies emerge if taking services and manufacturing separately. Being the former sectoral group still dominated by births on the fields of commerce and local market supply, it comes as no wonder to observe such greater incidence of demand-based variables. Inversely, manufacturers appear more susceptible to rely on a dispersed network of clients and, thereafter, to face heavier transport costs. In a country where around 85% of freight movement is done by road (Holl, 2004), that alone could justify the attraction stemming from highway proximity. Contrasts are extensive to the used diversity index. As a matter of fact, the lack of significance verified for manufacturing is possibly echoing the existence of some industries which benefit from localized specialization, scenario finding no replication in column (III).

In terms of human capital, the municipal share of graduates impacts the propensity for business creation, meaning that a higher level of skills encourages entrepreneurial activity. Upon disaggregation, this merely holds true for services. Examining knowledge intensive sectors, Baptista and Mendonça (2010) put forward an appealing explanation ahead of obvious disparities in entry costs: while manufacturing-related qualifications are still scant and generally absorbed by incumbents, the competitive setting in services is altogether in a superior stage, thus fostering start-up ventures.

Unexpectedly, the wage predictor yielded a negative sign for specifications (I) and (II). Such outcome may be reflecting either a failure of the considered qualification measurements in fully controlling for workforce attributes, or the unsuitability of exploring cross-regional rather than cross-industry input price variations (Fritsch and Falk, 2007). These interpretative caveats do not apply to unemployment. Its dampening influence over firm formation, as exposed in columns (I) and (III), illustrates how broad market-shrinkage effects prevail over necessity driven entrepreneurship. Lastly, after accounting for a plethora of variables, no significance was assigned to personal wealth.

7. Conclusions and Policy Implications

By promoting innovation and enhancing the competitive stage, a high level of firm creation can be seen as a prerequisite for economic development. Consequently, it is in the interest of municipal policy makers to encourage entrepreneurship. Portuguese data on the uneven spatial distribution of entrants, drawn from

Quadros de Pessoal for the 2003-09 period, constitute evidence on how regional characteristics influence location decisions, therefore attesting such view. While some features, as demand or agglomeration dynamics, result from circular pull effects hardly replicable by local governments alone, there are areas where the action of municipal institutions overcomes any standardized national measures in successfully fostering business formation.

The thesis original contribution lies in identifying those means through which municipalities influenced the start-up volume. Following the estimation of a fixed effects negative binomial model that controlled for several local environment attributes, two outcomes clearly stood out: Both the sound management of municipal financial resources, here taken as a sign of overall institutional quality, and the increase in the amount of land officially allocated for industrial usage, assumed as a proxy for the establishment of business location areas, were found to exert a positive and highly significant impact. This also proved to be the case for a less cumbersome licensing framework, if confining the sample solely to manufacturing. Conversely, the ideological stance of the party/coalition leading local governance seems to be irrelevant.

In the future, one expects the growing detail of local statistics to unlock various research possibilities: on one hand, the computation of new regressors (e.g., municipal indebtedness or taxation) will allow to scan the behaviour of residuals; on the other, quasi-experiments resorting to a differences-in-differences approach may improve the understanding of the causal effects stemming from specific policy implementation. Finally, it would be of importance examining how the entrepreneurial attractiveness of municipalities varies according to size, industry and technological character of start-ups.

8. References

- Acs, Zoltan J. and Pamela Mueller.** 2008. "Employment Effects of Business Dynamics: Mice, Gazelles and Elephants." *Small Business Economics*, 30: 85-100.
- Armington, Catherine and Zoltan J. Acs.** 2002. "The Determinants of Regional Variation in New Firm Formation." *Regional Studies*, 36(1): 33-45.
- Audretsch, David B. and Maryann Feldman.** 1996. "R&D Spillovers and the Geography of Innovation and Production." *American Economic Review*, 86(3): 630-640.
- Audretsch, David D., Brett A. Gilbert and Patricia P. McDougall.** 2004. "The Emergence of Entrepreneurship Policy." *Small Business Economics*, 22: 313-323.
- Baptista, Rui and Joana Mendonça.** 2010. "Proximity to Knowledge Sources and the Location of Knowledge-based Start-ups." *The Annals of Regional Science*, 45: 5-29.
- Birch, David L.** 1981. "Who Creates Jobs?" *The Public Interest*, 65: 3-14.
- Cameron, A. Colin and Pravin K. Trivedi.** 2005. *Microeconometrics: Methods and Applications*. New York: Cambridge University Press.
- Evans, David S. and Boyan Jovanovic.** 1989. "Estimates of a Model of Entrepreneurial Choice under Liquidity Constraints". *Journal of Political Economy*, 97(4): 808-827.
- Figueiredo, Octávio, Paulo Guimarães and Douglas Woodward.** 2002. "Home-Field Advantage: Location Decisions of Portuguese Entrepreneurs." *Urban Economics*, 52: 341-361.
- Fritsch, Michael and Olivier Falk.** 2007. "New Business Formation by Industry over Space and Time: a Multidimensional Analysis." *Regional Studies*, 41(2): 157-172.
- Fritsch, Michael.** 2008. "How Does New Business Formation Affect Regional Development? Introduction to the Special Issue." *Small Business Economics*, 30: 1-14.

Glaeser, Edward L., Hedi Kallal, José Scheinkman and Andrei Shleifer. 1992. "Growth in Cities." *Journal of Political Economy*, 100(6): 1126-1152.

Hausman, Jerry, Bronwyn H. Hall and Zvi Griliches. 1984. "Econometric Models for Count Data with an Application to the Patents-R&D relationship." *Econometrica*, 52(4): 909-938.

Holl, Adelheid. 2004. "Transport Infrastructure, Agglomeration Economies and Firm Birth: Empirical Evidence from Portugal." *Journal of Regional Science*, 44(4): 693-712.

Krugman, Paul. 1991. "Increasing Returns and Economic Geography." *Journal of Political Economy*, 99(3): 483-499.

Mata, José, Pedro Portugal and Paulo Guimarães. 1995. "The Survival of New Plants: Start-up Conditions and Post-Entry Evolution." *International Journal of Industrial Organization*, 13: 459-481.

Reynolds, Paul D., David J. Storey and Paul Westhead. 1994. "Cross-national Comparisons of the Variation in New Firm Formation Rates." *Regional Studies*, 28(4): 443-456.

Schumpeter, Joseph A. 1942. *Capitalism, Socialism and Democracy*, London: Routledge, 1994.

Storey, David J. 1991. "The Birth of New Firms - Does Unemployment Matter? A Review of the Evidence." *Small Business Economics*, 3: 167-178.

Wagner, Joachim and Rolf Sternberg. 2004. "Start-up Activities, Individual Characteristics and the Regional Milieu." *The Annals of Regional Science*, 38: 219-240.

Appendix

Figure 1. Firm births across time

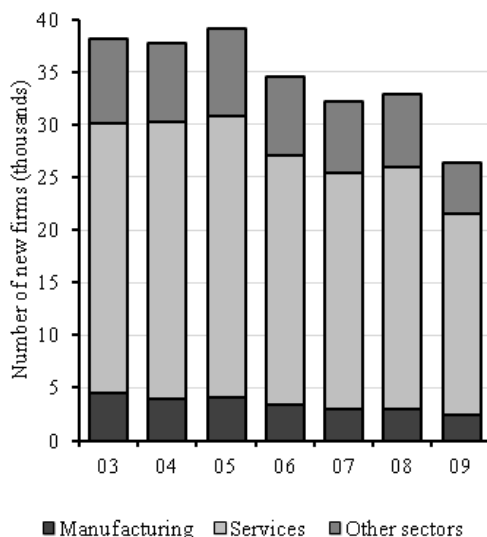
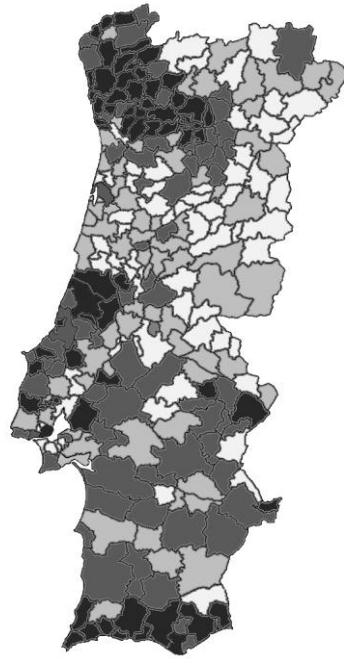


Figure 2. Firm birth rates across municipalities



Start-ups per 1000 in habitants (2003-09 average)	
	$\geq 1,49 \wedge < 2,61$ (70 municipalities)
	$\geq 2,61 \wedge < 3,15$ (69 municipalities)
	$\geq 3,15 \wedge < 3,80$ (69 municipalities)
	$\geq 3,80 \wedge < 7,50$ (70 municipalities)

Table 1. Firm births across sectors (yearly averages)

	Number	Share (%)	Birth rate
<i>All sectors</i>	34.463,43	100,00 %	12,57 %
Extractive	1.804,00	5,23 %	13,18 %
Infrastructures	5.301,57	15,38 %	12,83 %
Manufacturing	3531,14	10,25 %	8,85 %
Business services	4701,57	13,64 %	15,85 %
Commerce	11085,86	32,17 %	12,60 %
Local market	8.039,29	23,33 %	13,03 %

Notes

Birth rates correspond to the no. of entries per 100 existing firms.

Table 2. Summary statistics (partial): indicators of the role of municipalities

Variables	Mean	Std. dev.	Min - Max	Correl.	Hypothesis
Industrial area (ha. per square km)	1,40	2,27	0,00 - 15,04	0,34	+
European Union funds (k€ per capita)	0,09	0,11	0,00 - 1,08	-0,17	+
Unplanned length of construction (%)	26,86	12,58	1,60 - 111,22	0,08	-
Expend. in employees (k€ per capita)	0,28	0,18	0,05 - 1,67	-0,26	-
Leftist mandates (%)	55,68	24,32	0,00 - 100,00	-0,07	-

Notes

Correl. column reports the correlation with the number of firm births in all sectors.

Symbol *k* stands for thousands; *ha.* stands for hectares.

Table 3. Regression results for firm creation: all sectors, manufacturing and services

	Births (no.) - fixed effects negative binomial model					
	All sectors		Manufacturing		Services	
	I		II		III	
<i>Planning (municipalities)</i>						
Industrial area (ha. per square km)	0,1170**	(2,01)	0,1635**	(2,45)	0,0289*	(1,75)
<i>Funding (municipalities)</i>						
European Union funds (k€ per capita)	0,0198	(0,22)	- 0,0106	(0,07)	0,1166	(1,09)
<i>Licensing (municipalities)</i>						
Unplanned length of construction (%)	- 0,0003	(0,16)	- 0,0041**	(2,55)	- 0,0003	(0,07)
<i>Financial performance (municipalities)</i>						
Expend. on employees (k€ per capita)	- 0,4319***	(3,97)	- 0,6385***	(4,19)	- 0,4577***	(4,92)
<i>Political preferences (municipalities)</i>						
Leftist mandates (%)	0,0012	(1,39)	- 0,0014	(1,22)	0,0006	(0,81)
<i>Demand</i>						
Young population growth (%)	0,0251***	(3,97)	0,0070*	(1,81)	0,0296***	(2,78)
Sales (per capita and logarithmized)	0,0711	(1,20)	- 0,0783	(1,37)	0,0107	(0,45)
<i>Agglomeration</i>						
Population density (k per square km)	0,0623***	(2,72)	0,1205**	(2,38)	0,1129**	(2,13)
Incumbent firms (k)	0,0202	(0,47)	0,5342	(0,97)	- 0,0489	(1,35)
Sector diversity (inverse herfindahl index)	0,0120	(0,91)	0,0101	(0,78)	0,0055*	(1,75)
Highway access (dummy)	0,0928**	(2,45)	0,0334**	(2,13)	0,0314	(1,21)
<i>Qualification</i>						
Graduates (%)	0,0127*	(1,66)	0,0051	(0,46)	0,0105*	(1,93)
Researchers and technicians (%)	0,0111	(1,35)	0,0232	(1,41)	0,0074	(0,87)
<i>Labour market</i>						
Wages (k€ per employee)	0,5864**	(2,22)	0,7904**	(2,35)	0,0997	(0,46)
Unemployment (per 100 active aged pop.)	- 0,0242**	(2,50)	0,0060	(0,60)	- 0,0139**	(2,35)
<i>Personal wealth</i>						
Mean value of real estate (k€)	0,0003	(1,39)	0,0002	(0,49)	0,0002	(0,93)
<i>Econometric controls</i>						
Year dummies χ^2 (6)	471,92***		267,97***		337,11***	
District dummies χ^2 (17)	234,04***		32,01**		41,31***	
Constant	1,1384**	(2,07)	4,0739***	(6,48)	1,4068*	(1,88)
<i>Summary statistics</i>						
Observations	1946		1946		1946	
Wald χ^2 (39)	5615,3		2352,9		2916,6	

Notes

All explanatory variables were lagged one period to account for potential endogeneity.

For the exponential conditional mean, coefficients are interpreted as a semi-elasticity.

Standard errors were adjusted for clustering; absolute z-statistics are given in parenthesis.

Significance at 1% denoted by ***; significance at 5% denoted by **; significance at 10% denoted by *.

Symbol *k* stands for thousands; *ha.* stands for hectares.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Novo regime jurídico do sector público empresarial</p> <p>Conselho de Ministros, 14 de agosto</p>	<p>Estabelece-se os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.</p> <p>O novo regime jurídico contém, designadamente, os princípios e regras aplicáveis à constituição, organização e governo das empresas públicas, os princípios e regras aplicáveis ao exercício dos poderes inerentes à titularidade de participações sociais ou a quaisquer participações em organizações que integrem o sector público empresarial ou que a ele estejam submetidas nos termos da lei e os princípios e regras aplicáveis à monitorização e ao controlo a que estão submetidas as empresas públicas.</p> <p>Assinala-se o alargamento de aplicação do regime das empresas públicas a todas as organizações empresariais em que o Estado ou outras entidades públicas possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, influência dominante.</p> <p>Estabelecem-se também regras claras referentes à limitação do endividamento das empresas públicas não financeiras, de forma a impedir o avolumar de situações que contribuam para o aumento da dívida e do desequilíbrio das contas do sector público.</p>
<p>Grandes Opções do Plano para 2014</p> <p>Conselho de Ministros, 5 de setembro</p>	<p>O anteprojeto das Grandes Opções do Plano para 2014 enuncia de forma clara as suas opções nas diversas áreas de governação, identificando-se assim aquelas que serão as grandes linhas orientadoras do Governo para o próximo ano.</p> <p>Este documento espelha a preocupação das autoridades nacionais com a proteção social e solidariedade, concretamente através do aprofundamento de iniciativas no âmbito do Programa de Emergência Social, aliada a uma forte dimensão reformista que impulsionará as suas políticas nesta fase da legislatura, nomeadamente por intermédio da implementação de medidas que permitam o reforço da competitividade e a recuperação da atividade económica.</p> <p>Não é esquecido, no entanto, o compromisso ainda necessário para ajustamento económico em curso e o esforço feito pelo País no equilíbrio das suas contas. O desafio será o de compatibilizar o indispensável rigor nas contas públicas, principalmente pela via de uma consolidação orçamental que permita colocar as finanças públicas numa trajetória sustentável, com políticas que reformem as bases da economia, nomeadamente através de uma transformação estrutural dirigida à promoção do crescimento económico sustentado e à promoção de emprego, contribuindo para a criação de um novo clima de confiança propiciador do crescimento.</p>
<p>«Área Única de Pagamentos em Euros»</p> <p>Conselho de Ministros, 5 de setembro</p>	<p>Estabelece-se um conjunto de medidas necessárias à aplicação de um Regulamento comunitário que define requisitos técnicos e de negócio para as transferências a crédito e os débitos diretos em euros.</p> <p>Trata-se de uma iniciativa no âmbito da criação e reforço de uma «Área Única de Pagamentos em Euros», sendo estabelecido um conjunto de regras e critérios técnicos em matéria de instrumentos, sistemas e modelos de pagamentos, visando a criação de condições para a adoção de regras comuns à escala da União Europeia.</p>
<p>Convergência das pensões atribuídas</p>	<p>Aprovação de proposta de lei que estabelece mecanismos de convergência das pensões atribuídas a funcionários públicos e agentes administrativos, pela Caixa</p>

Iniciativa	Sumário
<p>a funcionários públicos e agentes administrativos, pela Caixa Geral de Aposentações (CGA)</p> <p>Conselho de Ministros, 12 de setembro</p>	<p>Geral de Aposentações (CGA), com as atribuídas à generalidade dos trabalhadores do sector privado ao abrigo do regime geral da Segurança Social.</p> <p>A proposta aprofunda o processo de convergência para os novos pensionistas da CGA, que tem vindo a ser trilhado, impondo princípios de justiça material e de equidade há muito defendidos, e igualmente para os atuais pensionistas da CGA, pelos mesmos princípios mas, também, por imperativos de sustentabilidade financeira cuja gravidade e premência são sobejamente conhecidos no atual contexto do país.</p> <p>Entre as medidas agora aprovadas para a aproximação de situações estão, nomeadamente, as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em 10% ou recalcular a primeira parcela das pensões de aposentação e de reforma em pagamento em 1 de janeiro de 2014 de valor mensal superior a 600 euros em cuja fixação tenha intervindo fórmula antiga do regime da Caixa, que deu à grande maioria das pensões o valor de 100% da última remuneração mensal; • Revogar todas as normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço com efeitos a partir de 2014, sem prejuízo da aplicação daqueles acréscimos ao tempo prestado até 2013; • Considerar no cálculo da primeira parcela da pensão da Caixa, relativa ao tempo de serviço prestado até 2005, 80%, em vez dos atuais 89%, da última remuneração de 2005 revalorizada; • Eliminar, para as prestações a atribuir no futuro, a possibilidade de um aposentado ou reformado que se encontre legalmente a exercer funções públicas optar por receber a pensão em detrimento da remuneração.
<p>Lei Orgânica do Banco de Portugal</p> <p>Conselho de Ministros, 19 de setembro</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou a alteração da Lei Orgânica do Banco de Portugal, adaptando-a aos desenvolvimentos verificados na ordem jurídica da União Europeia em matéria de criação da União Bancária.</p> <p>No seguimento das Conclusões do Conselho Europeu e da Declaração da Cimeira da Área do Euro de junho de 2012, a Comissão Europeia apresentou um pacote de propostas legislativas referente à criação de um Mecanismo Único de Supervisão, composto pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelas autoridades nacionais de supervisão bancária.</p> <p>O BCE desempenhará, ao abrigo deste novo mecanismo, um conjunto importante de funções de supervisão prudencial de instituições de crédito. Haverá, porém, uma distribuição articulada de tarefas entre o BCE e as autoridades de supervisão nacionais - entre as quais se inclui o Banco de Portugal, que é a autoridade nacional responsável pela supervisão das instituições de crédito. Neste contexto, tornou-se necessário alterar a Lei Orgânica do Banco de Portugal, a fim de salvaguardar a sua participação no Mecanismo Único de Supervisão.</p> <p>No cumprimento das recomendações do Comité Europeu do Risco Sistémico (CERS), procura-se também atribuir explicitamente ao Banco de Portugal as funções de definição e condução da política macroprudencial, com o objetivo de conferir certeza jurídica a este regime e eliminar quaisquer dúvidas interpretativas.</p>
<p>Criação do sistema de acompanhamento de projetos de investimento</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou o diploma que institui o sistema de acompanhamento de projetos de investimento e estabelece as competências cometidas à estrutura interministerial encarregue da definição e coordenação da política económica e do investimento do Governo, sendo criada a Comissão Permanente</p>

Iniciativa	Sumário
através da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor	<p>de Apoio ao Investidor.</p> <p>A Comissão Permanente de Apoio ao Investidor será o ponto de contacto privilegiado para novos investimentos, encarregue de agilizar os procedimentos administrativos e acelerar a aprovação de projetos de investimento em Portugal.</p>
Conselho de Ministros, 26 de setembro	<p>Este organismo terá como missão acompanhar projetos de investimento sem limite de valor, em particular os que estejam a aguardar uma decisão por parte da Administração Pública há mais de 12 meses e, bem assim, reconhecer aqueles que, acima de 25 milhões de euros, revelam um potencial interesse nacional (PIN).</p> <p>Neste sentido são revogados os atuais regimes aplicáveis aos projetos de potencial interesse nacional e projetos de potencial interesse nacional com importância estratégica (Projetos PIN e PIN+) e aprovado um novo regime tendo em vista a simplificação do procedimento de acompanhamento, a crescente proximidade entre o promotor e a Administração Pública, através da designação de um Gestor de Processo, a identificação de pontos focais nas entidades decisórias e a melhoria da transparência em todo o processo.</p> <p>É ainda alargado o âmbito dos projetos de investimento com acesso a um regime especial em matéria de aprovações, autorizações e licenciamentos, com encurtamento de prazos e dispensa de formalidades.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Certificação energética e regulamento de desempenho energético de edifícios.</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 118/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20.</p>	<p>Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.</p>
<p><i>Alteração à Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 119/2013. D.R. n.º 160, Série I de 2013-08-21</p>	<p>Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.</p>
<p><i>Taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais.</i></p> <p>Portaria n.º 277/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26</p>	<p>Fixa a taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, e revoga a Portaria n.º 597/2005, de 19 de julho.</p>
<p><i>Combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado</i></p> <p>Lei n.º 63/2013. D.R. n.º 164, Série I de 2013-08-27</p>	<p>Instituição de mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado - primeira alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e quarta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro.</p>
<p><i>Lei-quadro das entidades reguladoras</i></p> <p>Lei n.º 67/2013. D.R. n.º 165, Série I de 2013-08-28</p>	<p>Lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo.</p>
<p><i>Coefficientes de revalorização das remunerações de referência</i></p> <p>Portaria n.º 281/2013. D.R. n.º 165, Série I de 2013-08-28</p>	<p>Determinação dos valores dos coeficientes de revalorização das remunerações de referência.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Código do trabalho</i></p> <p>Lei n.º 69/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30</p>	<p>Quinta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, ajustando o valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho.</p>
<p><i>Fundo de compensação do trabalho</i></p> <p>Lei n.º 70/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30</p>	<p>Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho.</p>
<p><i>Fundo de compensação do trabalho</i></p> <p>Lei n.º 70/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30</p>	<p>Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho.</p>
<p><i>Lei das finanças regionais</i></p> <p>Lei Orgânica n.º 2/2013. D.R. n.º 168, Série I de 2013-09-02</p>	<p>Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, visando a definição dos meios de que dispõem as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira para a concretização da autonomia financeira consagrada na Constituição e nos estatutos político-administrativos.</p>
<p><i>Lei das finanças locais</i></p> <p>Lei n.º 73/2013. D.R. n.º 169, Série I de 2013-09-03</p>	<p>A presente lei estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.</p>
<p><i>Simplificação das Freguesias</i></p> <p>Despacho n.º 11540/2013. D.R. n.º 171, Série II de 2013-09-05</p>	<p>Aprova a tabela de designação simplificada das Freguesias que visa assegurar a atualização e o regular funcionamento dos sistemas de identificação que suportam a realização dos atos eleitorais e referendários, adaptando -os à nova realidade administrativa.</p>
<p><i>Privatização dos CTT</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 129/2013. D.R. n.º 172, Série I de 2013-09-06</p>	<p>Aprova o processo de privatização dos CTT — Correios de Portugal, S. A. (CTT, S. A.)</p>
<p><i>Conta provisória</i></p> <p>Declaração n.º 189/2013. D.R. n.º 173, Série II de 2013-09-09</p>	<p>Publicação da conta provisória de janeiro a junho de 2013.</p>
<p><i>Estrutura orgânica dos estabelecimentos prisionais</i></p> <p>Portaria n.º 286/2013. D.R. n.º 173, Série I de 2013-09-09</p>	<p>Define a estrutura orgânica, o regime de funcionamento e as competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais.</p>
<p><i>Definição de condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 130/2013. D.R. n.º 174, Série I de 2013-09-10</p>	<p>Transpõe para a ordem jurídica interna o disposto no Regulamento (UE) n.º 305/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção e que revoga a Diretiva n.º 89/106/CEE do Conselho, de 21 de dezembro de 1988.</p>
<p><i>Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 131/2013. D.R. n.º 175, Série I de 2013-09-11</p>	<p>Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro, alterado pela Lei n.º 24/2011, de 16 de junho, alargando a entidades de natureza pública alguns dos apoios para o desenvolvimento das políticas de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade.</p>
<p><i>Medida Incentivo Emprego</i></p> <p>Portaria n.º 286-A/2013. D.R. n.º 178, Série I de 2013-09-16</p>	<p>Cria-se a medida Incentivo Emprego, que consiste na concessão ao empregador de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho. Trata -se de medida de natureza transitória, que tem em vista atenuar os efeitos da crise económica e impulsionar a contratação, reportando-se ao período compreendido entre o início da execução de contrato de trabalho e 30 de setembro de 2015 ou a data de cessação do contrato, conforme a que se verifique em primeiro lugar. O apoio financeiro assim concedido corresponde a 1% da retribuição mensal do trabalhador.</p>
<p><i>Acórdão do Tribunal Constitucional sobre inconstitucionalidade</i></p> <p>Acórdão do Tribunal Constitucional n.º</p>	<p>Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma constante do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto n.º 177/XII (regime de requalificação de trabalhadores em funções públicas), enquanto conjugada com a segunda, terceira e quarta partes do disposto no n.º 2 do</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
474/2013. D.R. n.º 179, Série I de 2013-09-17	artigo 4.º do mesmo diploma; pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma constante do n.º 1 do artigo 4.º, bem como da norma prevista alínea b) do artigo 47.º do mesmo Decreto n.º 177/XII, na parte em que revoga o n.º 4 do artigo 88.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e na medida em que impõem, conjugadamente, a aplicação do n.º 2 do artigo 4.º do mesmo Decreto aos trabalhadores em funções públicas com nomeação definitiva ao tempo da entrada em vigor daquela lei.
<i>Modelos das declarações fiscais de inscrição, de alteração e cessação de atividade</i> Portaria n.º 290/2013. D.R. n.º 183, Série I de 2013-09-23	Aprova os novos modelos e as respetivas instruções de preenchimento das declarações de inscrição no registo/início, alterações e cessação de atividade e revoga a Portaria n.º 210/2007, de 20 de fevereiro
<i>Assunção dos compromissos plurianuais de contratos-programa na prestação de cuidados de saúde</i> Despacho n.º 12190/2013. D.R. n.º 185, Série II de 2013-09-25	Assunção dos compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa com os seus parceiros locais especializados, a RNCCI assegura a prestação dos cuidados de saúde e de apoio social através de unidades e equipas de cuidados dirigidas às pessoas em situação de dependência, com base numa tipologia de respostas adequada, nomeadamente através de Unidades de Convalescença (UC) e de Unidades de Cuidados Paliativos (UCP).
<i>Listagem de Contratos -Programa</i> Despacho n.º 12191/2013. D.R. n.º 185, Série II de 2013-09-25	Lista de Contratos -Programa a celebrar no ano de 2013 com Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDLM) no âmbito da RNCCI.

Abreviaturas Utilizadas

